



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

**PAISAGEM E USOS DO TERRITÓRIO NOS BAIROS PRAIA DE IRACEMA E
MOURA BRASIL EM FORTALEZA/CE**

LÍVIA MARIA VALLE DE ANDRADE

**Foz do Iguaçu
2024**

**PAISAGEM E USOS DO TERRITÓRIO NOS BAIRROS PRAIA DE IRACEMA E MOURA
BRASIL EM FORTALEZA/CE**

LÍVIA MARIA VALLE DE ANDRADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Professora Doutora Ana Clarissa Stefanello.

Foz do Iguaçu
2024

LÍVIA MARIA VALLE DE ANDRADE

**PAISAGEM E USOS DO TERRITÓRIO NOS BAIROS PRAIA DE IRACEMA E
MOURA BRASIL EM FORTALEZA/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ana Clarissa Stefanello
UNILA

Prof. Dr. Leandro Trevisan
UNILA

Prof. Dr. Carlos Casemiro Casaril
UNESPAR

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): LÍVIA MARIA VALLE DE ANDRADE

Curso: GEOGRAFIA - BACHARELADO

	Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	(...) artigo
(...) especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso
(...) mestrado	(...) monografia
(...) doutorado	(...) dissertação
	(...) tese
	(...) CD/DVD – obras audiovisuais
	(...) _____

Título do trabalho acadêmico: PAISAGEM E USOS DO TERRITÓRIO NOS BAIROS PRAIA DE IRACEMA E MOURA BRASIL EM FORTALEZA/CE

Nome do orientador(a): Profa. Dra. Ana Clarissa Stefanello

Data da Defesa: 17/09/2024

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 17 de setembro de 2024.



Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todos aqueles que estão comigo, e àqueles que não estão mais presentes, especialmente minha avó Murineide (*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe e ao meu pai, que também são meus amigos, e à minha irmã. O amor de vocês sempre me fortaleceu!

Agradeço especialmente à minha esposa, Brenda, pela cumplicidade constante, e por estar sempre ao meu lado, na alegria e na tristeza. Eu amo você!

Agradeço a todos os meus professores e professoras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, que contribuíram para a minha formação. Obrigada por compartilharem a ciência comigo!

À minha orientadora, professora Ana Clarissa Stefanello, pelo apoio e pelas contribuições ao longo deste trabalho. Obrigada pela paciência e pelo incentivo que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa!

Aos meus amigos e amigas de Foz do Iguaçu, que além de fazerem parte da minha trajetória acadêmica, compartilharam comigo experiências que ficarão guardadas para sempre no meu coração.

Aos meus amigos e amigas de longa data de Fortaleza, que sempre me enchem de amor e alegria. Obrigada por entenderem minha ausência nesses últimos meses, dedicados à este trabalho.

Às minhas amigas do trabalho Larissa e Amanda, pelo apoio e pela compreensão nessas últimas semanas, obrigada por sempre melhorarem o meu dia!

A todas as outras pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, minha gratidão!

“Ilusora de pessoas de outros lugares, a cidade e sua fama vai além dos mares. No meio da esperteza internacional, a cidade até que não está tão mal. E a situação sempre mais ou menos, sempre uns com mais e outros com menos. A cidade não para, a cidade só cresce, o de cima sobe e o de baixo desce.”

Chico Science e Nação Zumbi - A Cidade

RESUMO

O presente trabalho busca estudar as desigualdades socioespaciais expressas nas paisagens dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, na cidade de Fortaleza, Ceará. A abordagem crítica adotada busca elucidar como a economia de mercado prioriza os interesses do capital em detrimento das necessidades e interesses que a maioria da população tem com relação ao espaço que habitam, questão que se apresenta como o objetivo principal deste trabalho. Os objetivos específicos incluem investigar as razões para tais desigualdades, mesmo em áreas com características semelhantes, investigar os efeitos das dinâmicas socioespaciais na configuração dos territórios e assim compreender as disparidades na distribuição de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos e sua relação com os índices de desenvolvimento dos bairros. A hipótese central é que o processo e o tipo de ocupação do território influencia diretamente na sua valorização ou desvalorização, priorizando áreas já valorizadas em detrimento das carentes de investimento, ampliando, dessa forma, as desigualdades socioespaciais. A seleção dos bairros considerou critérios como proximidade geográfica, presença de praias e características demográficas similares. A metodologia envolveu revisão bibliográfica, caracterização da área de estudo, análise dos mecanismos de planejamento urbano e coleta de dados quantitativos, além de estudo de campo com observação direta das paisagens urbanas. Os resultados preliminares indicam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e de um planejamento urbano participativo eficiente, dada a influência do setor privado nas tomadas de decisão que impactam diretamente no território da cidade e em suas formas de uso pela população, especialmente com relação ao setor turístico e ao ramo imobiliário, que lucra, sobretudo, através de práticas de especulação imobiliária. A presente pesquisa contribui para uma melhor compreensão das dinâmicas socioespaciais urbanas e para a reflexão crítica sobre políticas públicas e processos de planejamento urbano, dando continuidade aos estudos que buscam por ferramentas que possibilitam tornar a cidade mais equitativa com espaços cada vez mais democráticos.

Palavras-chave: seletividade; desigualdade socioespacial; espaço; território; especulação imobiliária; turismo.

RESUMEN

El presente trabajo busca estudiar las desigualdades socioespaciales expresadas en los paisajes de los barrios Praia de Iracema y Moura Brasil, en la ciudad de Fortaleza, Ceará. El enfoque crítico adoptado busca elucidar cómo la economía de mercado prioriza los intereses del capital en detrimento de las necesidades e intereses que la mayoría de la población tiene con respecto al espacio que habitan, cuestión que se presenta como el objetivo principal de este trabajo. Los objetivos específicos incluyen investigar las razones para tales desigualdades, incluso en áreas con características similares, investigar los efectos de las dinámicas socioespaciales en la configuración de los territorios y así comprender las disparidades en la distribución de infraestructura, servicios y equipamientos urbanos y su relación con los índices de desarrollo de los barrios. La hipótesis central es que el proceso y el tipo de ocupación del territorio influye directamente en su proceso de valorización o desvalorización, priorizando áreas ya valorizadas en detrimento de aquellas carentes de inversión, ampliando, de esta forma, las desigualdades socioespaciales. La selección de los barrios consideró criterios como proximidad geográfica, presencia de playas y características demográficas similares. La metodología involucró revisión bibliográfica, caracterización del área de estudio, análisis de los mecanismos de planificación urbana y recolección de datos cuantitativos, además de un estudio de campo con observación directa de los paisajes urbanos. Los resultados preliminares indican la necesidad de políticas públicas más inclusivas y de una planificación urbana participativa eficiente, dada la influencia del sector privado en la toma de decisiones que impactan directamente en el territorio de la ciudad y en sus formas de uso por parte de la población, especialmente en relación con el sector turístico y el ramo inmobiliario, que lucra, sobre todo, a través de prácticas de especulación inmobiliaria. La presente investigación contribuye a una mejor comprensión de las dinámicas socioespaciales urbanas y a la reflexión crítica sobre políticas públicas y procesos de planificación urbana, dando continuidad a los estudios que buscan herramientas que permitan hacer la ciudad más equitativa con espacios cada vez más democráticos.

Palabras clave: selectividad; desigualdad socioespacial; espacio; territorio; especulación inmobiliaria; turismo.

ABSTRACT

This study aims to examine the socio-spatial inequalities expressed in the landscapes of the Praia de Iracema and Moura Brasil neighborhoods in the city of Fortaleza, Ceará. The critical approach adopted seeks to elucidate how the market economy prioritizes the interests of capital over the needs and interests of the majority of the population regarding the space they inhabit, an issue that presents itself as the main objective of this work. The specific objectives include investigating the reasons for such inequalities, even in areas with similar characteristics, investigating the effects of socio-spatial dynamics on the configuration of territories, and thus understanding the disparities in the distribution of infrastructure, services, and urban equipment and their relationship with neighborhood development indices. The central hypothesis is that the process and type of land occupation directly influence its process of appreciation or depreciation, prioritizing already valued areas to the detriment of those lacking investment, thereby increasing socio-spatial inequalities. The selection of neighborhoods considered criteria such as geographical proximity, the presence of beaches, and similar demographic characteristics. The methodology involved a literature review, characterization of the study area, analysis of urban planning mechanisms, and quantitative data collection, as well as field studies with direct observation of urban landscapes. Preliminary results indicate the need for more inclusive public policies and efficient participatory urban planning, given the influence of the private sector in decision-making that directly impacts the city's territory and its use by the population, especially concerning the tourism sector and the real estate industry, which profits mainly through real estate speculation practices. This research contributes to a better understanding of urban socio-spatial dynamics and critical reflection on public policies and urban planning processes, continuing studies that seek tools to make the city more equitable with increasingly democratic spaces.

Key words: selectivity; socio-spatial inequality; space; territory; real estate speculation; tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta de Fortaleza elaborada por Silva Paulet em 1813	38
Figura 2 – Planta de Fortaleza elaborada por Adolpho Herbster em 1888	40
Figura 3 – Aglomeração no Campo do Urubu	47
Figura 4 – Avenida Presidente Castelo Branco em 1974	51
Figura 5 – Fases do Projeto Fortaleza 2040	63
Figura 6 – Hotel Ibis Budget Fortaleza Localizado no bairro Praia De Iracema	78
Figura 7 – Hotel Carppa localizado no bairro Praia de Iracema	78
Figura 8 – Problemas de saneamento no bairro Praia de Iracema	78
Figura 9 – Problemas de pavimentação no bairro Praia de Iracema	78
Figura 10 – Problemas de habitação no bairro Praia de Iracema	79
Figura 11 – Cartão postal do bairro Praia de Iracema	79
Figura 12 – Pousada Vila Iracema	79
Figura 13 – Início da orla da praia de Iracema	79
Figura 14 – Barraquinhas na orla da praia de Iracema	81
Figura 15 – Praia de Iracema	81
Figura 16 – Calçadão da praia de Iracema	81
Figura 17 – Centro Cultural Belchior	81
Figura 18 – Obra interrompida do Acquário de Fortaleza	82
Figura 19 – Ruínas do Edifício São Pedro	82
Figura 20 – Marina Park Hotel	84
Figura 21 – Lado oposto ao Marina Park Hotel	84
Figura 22 – Uso limitado da praia pela Igreja de Santa Edwiges	85
Figura 23 – Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará	85
Figura 24 – 1ª Companhia de Busca e Salvamento	85
Figura 25 – Escola Municipal Moura Brasil	85
Figura 26 – Posto de Saúde Maria Cirino Souza	85
Figura 27 – Estação de VLT João Felipe	85
Figura 28 – Área residencial I do bairro Moura Brasil	86
Figura 29 – Área residencial II do bairro Moura Brasil	86
Figura 30 – Barracas de praia e escolinhas de surfe na praia da Leste	87
Figura 31 – Praia da Leste	87
Figura 32 – Acúmulo de lixo na Praia da Leste	88

Figura 33 – Escoamento de esgoto na Praia da Leste	88
Figura 34 – Esgoto a céu aberto na Praia da Leste	89
Figura 35 – Lazer e prática do surfe na praia da Leste	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos climáticos de Fortaleza	55
Quadro 2 – Mecanismos de planejamento da cidade de Fortaleza	60
Quadro 3 – Participação cidadã nos encontros temáticos	64
Quadro 4 – Participação cidadã nos encontros regionais	65
Quadro 5 – Sugestões resultantes do Mapa Colaborativo	66
Quadro 6 – Propostas da comunidade do Moura Brasil e Praia de Iracema	68
Quadro 7 – Dados demográficos dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil	69
Quadro 8 – Dados de moradia dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil	71
Quadro 9 – Infraestruturas e equipamentos públicos dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da cidade de Fortaleza	33
Mapa 2 – Nova territorialização de Fortaleza	34
Mapa 3 – Localização dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil	35
Mapa 4 – Extensão da Avenida Presidente Castelo Branco	50
Mapa 5 – Assentamentos precários no Moura Brasil	53
Mapa 6 – Trajeto realizado durante o campo no bairro Praia de Iracema	77
Mapa 7 – Trajeto realizado durante o campo no bairro Moura Brasil	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IDH dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil	70
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPI	Associação de Moradores da Praia de Iracema
CTCN	Centro Tecnológico de Ciências Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
LABOMAR	Instituto de Ciências do Mar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PDPFor	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
PPA	Plano Plurianual
PPD	Plano Diretor Participativo
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
UAPS	Unidades de Atenção Primária à Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1. ESPAÇO, TERRITÓRIO USADO E PAISAGEM.....	19
2.2. SELETIVIDADE ESPACIAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....	28
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	30
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.2. BASES E PRODUÇÕES CARTOGRÁFICAS.....	32
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
4.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
4.2. EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA A PARTIR DO SÉCULO XVII.....	36
4.3. PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DOS BAIROS PRAIA DE IRACEMA E MOURA BRASIL.....	47
4.4. PLANO DIRETOR DE FORTALEZA E O PLANO FORTALEZA 2040.....	60
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	69
5.1. ANÁLISE DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS.....	69
5.2. OBSERVAÇÕES DOS FENÔMENOS EM CAMPO.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
7. REFERÊNCIAS.....	92

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, destaca-se como um centro urbano densamente povoado. O processo de produção do espaço urbano do município aliado às práticas de seletividade espacial realizadas tanto pelo poder público quanto pelos setores privados da economia, resultou em um território marcado por profundas desigualdades estruturais, que é traduzido nas paisagens da cidade. A falta de efetividade das políticas públicas em promover a utilização equitativa do território de Fortaleza entre seus diferentes agentes acaba por ampliar essas desigualdades. Desta forma, a orientação crítica da geografia se mostra como fornecedora de um conjunto mais abrangente de métodos para a análise que este estudo propõe, já que analisa o espaço geográfico levando em conta as relações de poder que o integram assim como as suas contradições.

Diante desta realidade, o presente trabalho busca compreender como se dá a seletividade espacial observada nas paisagens dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, a partir dos usos e dos processos de ocupação destes lugares, e como esta seletividade impacta a vida e o cotidiano da população. O enfoque crítico visa entender melhor como ocorrem essas dinâmicas, o que é importante para que se possa enfatizar a necessidade de um planejamento urbano participativo, já que atualmente são os interesses dos setores privados, sobretudo do ramo imobiliário, que representam prioridade nas tomadas de decisão nas gestões municipais.

Este estudo se propõe a contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas socioespaciais que influenciam a configuração dos espaços urbanos e para a reflexão crítica sobre as políticas públicas e os processos de planejamento urbano. Com isso, o objetivo principal deste trabalho consiste em elucidar como a economia de mercado prioriza os interesses do capital em detrimento das necessidades e interesses que a maioria da população tem com relação ao espaço que habitam. Para tanto, analisa-se as desigualdades socioespaciais presentes na distribuição de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos e a relação destes atributos com os índices de desenvolvimento dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, tendo em vista que, em um primeiro momento, os bairros apresentam paisagens urbanas bastante desiguais entre si, tendo o bairro Praia de Iracema recebido uma série de investimentos públicos e privados ao longo dos anos, enquanto o bairro Moura Brasil permaneceu desassistido desde a construção da Avenida Presidente Castelo Branco. Com relação aos objetivos específicos, buscou-se compreender os motivos que levam a estas desigualdades socioespaciais. Nos casos em que se observou investimentos públicos similares em ambos os bairros, procurou-se entender porque, mesmo diante desta realidade, os índices

de desenvolvimento do bairro Moura Brasil permaneceram abaixo da média do bairro Praia de Iracema e também da cidade de Fortaleza. Para isso, procurou-se identificar padrões e tendências presentes nesses bairros, que pudessem colaborar no entendimento acerca das dinâmicas socioespaciais que neles ocorrem.

A seleção dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil foi feita com base em alguns critérios; primeiramente, dado o caráter de contiguidade da paisagem, a proximidade geográfica entre os bairros, de apenas 1,9 km de distância, permitiu uma observação mais direta das suas desigualdades socioespaciais ao transitar, em um curto período de tempo, entre eles, fato que instiga ainda mais a busca por explicações para este fenômeno. Além disso, ambos os bairros são caracterizados pela presença de praias, conferindo-lhes uma centralidade significativa para a população de Fortaleza, que mantém uma forte ligação com o litoral. Dessa forma, buscou-se também estabelecer uma relação entre os usos dessas praias e o processo de produção do espaço desses bairros. Os bairros integram também a mesma regional e se equiparam em relação à extensão territorial, tamanho populacional e área residencial, permitindo identificar de forma mais clara os efeitos das dinâmicas socioespaciais na configuração de seus territórios.

A hipótese que norteia o presente estudo é que na dinâmica da economia capitalista, o tipo de ocupação de um determinado território influencia diretamente em seu valor perante o poder público e a esfera privada. Nesse sentido, ao invés de serem priorizadas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de áreas carentes de investimento, observa-se uma tendência de direcionar a maior parte dos recursos, públicos e privados, para áreas já valorizadas, através da seletividade espacial. Esses investimentos são orientados pela busca de lucro, e assim, muitas vezes negligenciam as demandas e as necessidades das comunidades locais. No caso da cidade de Fortaleza, onde a atividade turística é uma das principais geradoras de renda e de lucro na cidade, observa-se uma forte influência deste setor nas tomadas de decisão no âmbito socioespacial, especialmente no que diz respeito às práticas de especulação imobiliária.

A fim de facilitar o entendimento acerca desta temática, em primeiro lugar foi realizada uma revisão bibliográfica de alguns conceitos importantes para a geografia urbana. A partir do entendimento de que o espaço é produzido no decorrer da história, buscou-se estabelecer uma relação entre os processos de produção do espaço urbano do município de Fortaleza, bem como dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, já que “a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta” (Santos, 2004, p.261). Para o autor:

A sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra (Santos, 2004, p.262).

Conhecendo o processo histórico que deu origem à desigualdade espacial presente nos bairros em análise, marcado por sucessivas políticas de expulsão dos mais pobres das áreas centrais de Fortaleza, foi possível realizar a caracterização da área de estudo, destacando as formas de ocupação em cada bairro. Também foi realizada uma pesquisa sobre os mecanismos de planejamento territorial urbano utilizados atualmente, nos documentos e nas plataformas oficiais da Prefeitura, analisando como a participação popular cidadã se faz presente na formação, na execução e na manutenção desses projetos, e em que medida eles são, de fato, inclusivos.

O presente estudo também se dedicou à coleta de dados quantitativos abrangendo fatores socioeconômicos, infraestruturais, de equipamentos urbanos e de legislação. Esses dados foram organizados em quadros para uma visualização mais clara dos resultados. Além da pesquisa bibliográfica, foi conduzido um estudo de campo que envolveu a observação direta das paisagens urbanas dos bairros, bem como registros fotográficos dessas paisagens, a fim de realizar uma análise da realidade socioespacial *in loco*. A partir das observações feitas em campo pôde-se estabelecer uma relação com os dados coletados na pesquisa bibliográfica, além de terem sido realizadas novas constatações, como por exemplo, a necessidade da inclusão de algumas informações sobre o bairro Meireles na pesquisa, que faz divisa com o bairro Praia de Iracema, como será abordado mais adiante.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. ESPAÇO, TERRITÓRIO USADO E PAISAGEM

Das vertentes geográficas existentes, a Geografia Crítica parece ser a mais bem sucedida quando se propõe a analisar conceitos complexos como o de espaço, já que se fundamenta nos princípios do materialismo histórico e do método dialético. É por este motivo que tal corrente possui como seu objeto central de análise o próprio espaço geográfico, ou seja, os seus elementos e o resultado das interações entre eles, que sempre irão gerar contradições. Nesta perspectiva, a produção do espaço pelos seus agentes desempenha um papel crucial nos desafios urbanos que emergem com a segunda metade do século XX. Partindo desse entendimento, Santos (2006) em “A Natureza do Espaço”, propõe um estudo do espaço levando em conta a sua totalidade, já que o todo sempre é maior do que a soma de

suas partes. Contudo, o estudo das partes também se faz importante, uma vez que cada parte também contém a própria totalidade. O geógrafo brasileiro, que desenvolveu uma série de trabalhos voltados especificamente para as questões urbanas, aborda o espaço geográfico como sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações (Santos, 2006). Partindo deste entendimento, os objetos geográficos nada mais são do que tudo o que se encontra na superfície do planeta Terra, resultantes de processos naturais ou sociais, podendo ser móveis, como veículos e *smartphones*, ou imóveis, como uma “cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha (...)” (Santos, 2006, p.41). Eles não são objetos geográficos em si, mas ganham esse *status* ao serem analisados geograficamente. O aspecto visível ou exterior de um objeto é a sua forma, e como exemplo pode-se citar um uma casa, um bairro ou uma cidade. Já o papel que cada objeto irá desempenhar pode ser entendido como a sua função, como por exemplo habitar, no exemplo da casa citado acima. A forma e a função são dados da estrutura social na qual se fundou determinada sociedade.

As ações, por sua vez, são executadas pelos seres humanos, de acordo com suas necessidades e objetivos. As ações animam e dão sentido aos objetos, que por sua vez “valorizam diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico” (Santos, 2006, p.55). Os objetos e as ações que compõem o espaço geográfico não devem ser tomados separadamente, pois a existência de um, pressupõe a do outro:

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos [...] (Santos, 2006, p.53).

Desta forma, segundo Milton Santos, o espaço geográfico é um híbrido que abrange tanto as coisas materiais, sejam elas de ordem natural ou social, quanto às normas que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas, devendo ser compreendido em sua totalidade, como fator de formação e transformação social. Assim, o espaço geográfico se torna uma instância social, que possui um dinamismo próprio das relações e interações entre os seus elementos. Essas relações são bastante complexas e mudam de configuração de acordo com a realidade histórica em que se apresentam, ou seja, de acordo com a ciência e as técnicas (tecnologias) existentes em cada momento (materialismo histórico). Desta forma, pode-se dizer que as sociedades moldam e são moldadas pelo ambiente ao qual integram, e que as práticas cotidianas influenciam na dinâmica e na configuração do espaço:

[...] o espaço é uma instância da sociedade, que contém e é contida pelas demais instâncias sociais - a instância econômico-produtiva, a político-institucional e a ideológico-cultural. Além disso, não é simples condição, mas fator de evolução social (Gomes, 2020, p.3).

Na prática, a utilização do espaço se dá através do uso do território; dentre as categorias existentes para fins de análise do espaço, Milton Santos (2012 apud Queiroz, 2015) destaca que o território usado deve ser compreendido além de seu aspecto de extensão territorial, mas como uma realidade material e social, já que para o autor, a formação social se dá simultaneamente com a espacial. Assim, o território usado assume o caráter de manifestação prática e concreta da apropriação do espaço por parte das comunidades humanas. Essa visão aproxima em significado os conceitos de território usado e espaço geográfico. O autor destaca que os agentes do território são as firmas, as instituições e as pessoas (Santos, 2005 apud Queiroz, 2015, p.157). Sendo o território usado “um híbrido de materialidades” (Santos, 1996 apud Cataia, 2013, p.1138) que associa a configuração territorial com as ações sociais, sua concretização ocorre por meio das cidades: é na cidade que a vida acontece; é nela que os agentes atuam e interagem entre si e com o meio, formando assim uma espécie de teia relacional. A configuração do espaço da cidade está intrinsecamente ligada às relações sociais de produção que nela ocorrem e em qual momento ocorrem, surgindo como o resultado de um processo civilizatório que ocorreu e ocorre através do desenvolvimento social, onde o ser humano molda espaços cada vez mais segregados em uma estrutura social fortemente marcada pela relação entre classes.

Partindo desta perspectiva pode-se afirmar que além de o espaço geográfico ser produzido pela sociedade ele exerce influência direta sobre os seus modos de ação e reprodução, o que resulta em uma série de contradições que são observadas nas paisagens. O conceito de paisagem, assim como os de outras categorias de análise da Geografia, passou por diversas formas de abordagem, de acordo com o desenvolvimento do pensamento geográfico ao longo do tempo. É importante salientar que diversas formas de interpretação da paisagem podem oferecer ferramentas para a sua interpretação, contudo, a orientação crítica da geografia se mostra como fornecedora de um conjunto mais abrangente de métodos para a análise que se propõe nesta pesquisa. Esse conceito pode variar de uma “abordagem estético-descritiva – aquela baseada nas ideias físico-geográficas sobre os fenômenos naturais em meados do século XIX – até uma abordagem mais científica” (Maciel e Lima, 2011,

p.161), que interpreta as paisagens considerando as contradições inerentes ao processo de formação e transformação destas.

Em uma época em que a geografia estava se consolidando como disciplina, a descrição física e estática das paisagens desempenhou um papel fundamental na compreensão e na interpretação do mundo, especialmente no que diz respeito aos novos territórios que eram explorados pelas nações imperialistas. Ao descrever as características físicas, climáticas e culturais do meio, essa forma de abordagem das paisagens permitiu um conhecimento mais detalhado dos lugares, o que tornou possível navegações mais seguras e uma melhor gestão das colônias. Além disso, a geografia que descrevia as paisagens foi a base para o desenvolvimento da cartografia, que foi especialmente útil para a formulação de estratégias políticas, para a gerência e delimitação de fronteiras por parte do poderio militar, e para a condução de operações comerciais entre as nações.

Marcada pela prevalência de uma abordagem positivista, a paisagem no século XIX era considerada o objeto central da investigação geográfica. Vieira, et al. (2021) destaca alguns geógrafos alemães que contribuíram para o estudo da paisagem naquela época; Alexander Von Humboldt, concebia a paisagem como a totalidade resultante da interação entre elementos "naturais" e humanos. Já Carl Ritter explorava as paisagens utilizando uma escala regional, empregando o método comparativo em suas análises. Por sua vez, Friedrich Ratzel categorizava os elementos da paisagem em fixos, geralmente associados a elementos naturais, e móveis, frequentemente interpretados como resultados das atividades humanas. Mas foi com o advento da Teoria Geral dos Sistemas, publicada por Ludwig Von Bertalanffy na década de 1940, que estabeleceu-se uma forma mais integradora de análise dos fenômenos geográficos:

Nessa época, o conceito de paisagem se direcionava para a abordagem sistêmica, onde todos os elementos faziam parte da natureza. Deixando de lado o aspecto fisionômico, este passa a trabalhar as trocas de matérias e energia dentro do sistema (complexo físico-químico e biótico) (Maciel; Lima, 2011, p. 164).

Uma tentativa de se articular os aspectos espacial e funcional da paisagem se deu em 1960 com Sotchava através da Teoria do Geossistema, que “procura entender as variações paisagísticas como produto histórico dos fluxos de matéria e energia, abarcando a ação do homem” (Maciel e Lima, 2011, p.166). Já em 1980 surge a Teoria do caos e da Complexidade, que defendia a ideia de que sendo um sistema de complexas interações, a paisagem tenderia sempre a apresentar em sua configuração, formas que buscariam

estabelecer uma espécie de equilíbrio, e que qualquer alteração em seus componentes, resultaria em uma modificação geral do sistema, e conseqüentemente uma nova configuração.

Nessa mesma época, a Geografia Crítica emerge e passa a compreender a paisagem como sendo a expressão do território usado, uma vez que integra os aspectos físicos do espaço com os aspectos sociais, econômicos e políticos. Desta forma a paisagem perde seu caráter estático e aparentemente imutável, e se torna um produto das interações entre os sujeitos, sobretudo as relações de poder que privilegiam interesses específicos em relação a utilização dos espaços. Outro ponto importante abordado pela geografia crítica é o da influência de fatores externos decorrentes do capitalismo e da globalização na configuração das paisagens locais, que resulta num contexto de desigualdades socioespaciais. As dinâmicas econômicas e o grau de interesse por parte do poder público em realizar projetos voltados para a sociedade também são problemáticas recorrentes no estudo crítico das paisagens.

Assim, esta categoria de análise pode ser compreendida como a materialização das ações humanas no espaço através das formas, dos objetos. Para Milton Santos, “tudo aquilo que vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (Santos, 1988, p.21). Como todos os lugares já sofreram influência direta ou indireta do ser humano ou se configuram como seu objeto de interesse, é correto afirmar que, apesar de conter frações de formas artificiais e naturais, toda paisagem é artificial. Para Milton Santos, em relação à sociedade, a paisagem não participa de nenhum movimento dialético, pois não lhe é atribuída nenhum valor em si mesma; quando isso ocorre, ela já se tornou espaço: “Em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço. E vice versa.” (Santos, 2006, p.71)

Diversos estudos sobre a paisagem e seu significado também estão contemplados na Geografia Cultural, cujo principal objetivo é a análise da dimensão simbólica do espaço. Levando em conta a abordagem utilizada pela nova geografia cultural que se apresenta a partir da segunda metade do século XX, a paisagem, entendida como sua manifestação última, é destacada pela ênfase na percepção e experiência subjetiva do indivíduo em relação a ela. Nessa perspectiva, Meinig (2002 apud Vieira et al., 2021) aponta que os nossos pensamentos influenciam diretamente na nossa forma de apreensão da paisagem; ou seja, que as pessoas interpretam e dão sentido às paisagens de forma diferente e particular, de acordo com as suas próprias experiências.

Cosgrove (2012, apud Vieira et al. 2021) oferece duas classificações para a categoria da paisagem; a primeira é a paisagem da cultura dominante, que como o nome pressupõe, é organizada pelos grupos que detém o domínio nas esferas social, política e econômica, que desta forma controlam o que ele chama de meios de vida - terra, capital, matérias prima e força de trabalho. Para o autor, esse tipo de paisagem se apresenta através de grandes obras e se estendem por longas porções do território. Já a segunda classificação é denominada de paisagem alternativa, e está relacionada às formas expressas pela parcela menos favorecida da população, o que Corrêa relaciona “aos cortiços característicos de áreas periféricas das grandes metrópoles, as emergentes como aquelas que demonstram possibilidades futuras, e as excluídas, que podem ser encontradas nas favelas” (Corrêa, 2012 apud Vieira 2021, p.45). Ainda segundo Cosgrove (2012), a nível local, uma paisagem alternativa pode aparecer como dominante, porém, quando incorporada ao contexto nacional ou global, ela assume um caráter de paisagem dominada, no sentido de que tem a sua configuração norteadas por atores e elementos externos.

Essa abordagem fenomenológica da paisagem atribui a ela um sentido funcional e simbólico, uma vez que além de conter os elementos materiais necessários para a reprodução social, especialmente em relação ao processo produtivo, também está contida no plano da subjetividade individual e coletiva, apresentando por esta razão diferentes significados.

A partir da segunda metade do século XX, com as transformações históricas, políticas, sociais e culturais, a geografia cultural passa a reformular seu campo de estudo. A necessidade de compreender e analisar o espaço além da descrição e quantificação ganhava sentido, e assim as investigações sobre a dimensão culturais e históricas das ações humanas imbricadas no espaço ganhavam visibilidade, tanto a materialidade quanto a imaterialidade contribuíram para a análise dos fenômenos culturais que variam através do espaço, seja através da arte, religião, linguagem, crença, economia e trabalho (Vieira et al. 2021, p.48).

Para esta pesquisa se faz necessário o entendimento do conceito de paisagem urbana, que deve ser compreendida dentro do contexto urbano das cidades brasileiras. Com a rápida realização do ciclo do capital decorrente do processo de industrialização, muitas das metrópoles e grandes cidades do Brasil precisaram adaptar-se rapidamente à nova realidade, e por esta razão apresentam paisagens bastante heterogêneas e muitas vezes descontextualizadas em relação ao seu entorno. Levando em conta a sucessão dos modos de produção ao longo da história e o papel desempenhado pelas cidades nesse processo, as paisagens urbanas apresentam as características referentes às diferentes fases do processo produtivo e aos diferentes níveis das forças produtivas vigentes, o que gera uma

“sobreposição” de diferentes paisagens em uma mesma cidade e, por vezes, em um mesmo bairro.

É importante salientar que as cidades existem dentro de um contexto global, ou seja, que possuem a sua organização interna, mas que devido a divisão internacional do trabalho, estão ligadas a rede urbana do seu estado, do seu país e do mundo como um todo, principalmente com o desenvolvimento acelerado da tecnologia, que viabiliza uma rapidez nunca vista antes no que diz respeito aos fluxos de pessoas, de informação, de serviços e de mercadorias.

De forma geral, o valor de um determinado espaço é dado levando em conta as ações que nele ocorrem e em que período da história ocorrem. Isso não significa que o espaço é algo determinante no que diz respeito às ações que serão exercidas nele, mas que ele é um fator a ser considerado:

Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso, e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado (Santos, 2006, p.56).

A industrialização trouxe uma série de processos transformadores, tais como “a abertura de vias de circulação para o aumento sobretudo dos fluxos de mercadorias, mas também de pessoas, disseminação dos meios de comunicação, e o crescimento demográfico das cidades por meio da migração interna e externa” (Silva, 2014, p.27). Todavia, essas transformações, sobretudo em países periféricos como o Brasil, ocorrem em um contexto geralmente desfavorável e através da exploração e da precariedade. Assim, o espaço se fragmenta em porções mais ou menos valorizadas do que outras. Nas cidades, essa diferença na valorização é fomentada pela especulação imobiliária, que colabora para que partes de seu território recebam uma série de investimentos por parte do poder público e do setor privado, enquanto outras áreas permanecem carentes de aparatos de todos os tipos, o que torna o espaço desigual.

Em "O Uso do Solo na Economia Capitalista" (1975), Paul Singer analisa a desigualdade territorial urbana dentro do contexto do capitalismo na fase em que ele se encontrava àquela época. Ele argumenta que a propriedade privada da terra por si só confere valor a ela, e que, desta forma, a renda imobiliária pode ser assemelhada ao capital. No entanto, trata-se de um falso capital, já que não participa do processo de produção capitalista por se tratar, na verdade, de uma apropriação de renda de algo que é essencial para que a própria produção aconteça, já que todo processo produtivo ocorre em determinado lugar do

território. “Isso acontece devido a terra ter se tornado uma mercadoria, estando disponível apenas para quem tem condições de comprá-la, desde o advento da Lei de Terras em 1850” (Silva, 2014, p.13).

Para Singer, a especulação imobiliária, a concentração de terras na posse de poucas pessoas e a busca pelo lucro, contribuem para a exclusão e para a marginalização de parte da população, sobretudo nas áreas urbanas. Em relação ao uso corporativo do solo urbano, sua posse confere ao proprietário, em detrimento dos interesses coletivos e da justiça social, três tipos de renda: a renda absoluta, a renda diferencial e a renda de monopólio. A renda absoluta é auferida pelo proprietário através do aluguel ou da exploração direta da terra, e se baseia em seu valor como recurso natural, sem levar em consideração as melhorias que nela foram realizadas. Geralmente se dá através do aluguel de um terreno ou de uma propriedade. Já a renda diferencial é dada pela localização privilegiada de um determinado lugar em relação ao mercado consumidor, infraestrutura e equipamentos urbanos. Neste caso, o valor de uso é dado pela pior localização, que precisa incorporar aos seus preços os custos que decorrem do distanciamento da empresa de regiões que apresentem esses elementos. O proprietário da melhor localização, portanto, apresentará uma margem de lucro muito maior em relação a pior localização. A renda de monopólio, por sua vez, se dá - como o nome já sugere - quando uma empresa ou prestadores de serviço detém o monopólio de determinado recurso ou possui localização privilegiada, como é o exemplo de lojas em shoppings, que por terem pouca ou nenhuma concorrência, podem elevar os valores de seus produtos para além da média no mercado, e de imóveis localizados em bairros de grande prestígio, que os coloca em uma posição única no contexto do mercado imobiliário.

Para o autor, a distribuição desigual dos tipos de renda da terra faz com que a posse e o controle de terras estrategicamente localizadas gerem vantagens econômicas significativas para determinadas porções do território, enquanto outras podem ficar em desvantagem, resultando em disparidades no desenvolvimento econômico e no acesso a recursos, desde os essenciais até os mais sofisticados, por parcelas da população que habitam diferentes bairros de uma mesma cidade.

Com relação ao uso da terra para habitação, Singer (1975) argumenta que as vantagens de localização se dão de acordo com a distribuição e conseqüentemente com o acesso a serviços públicos e pelo “prestígio social da vizinhança”. Em áreas onde os serviços urbanos são escassos em relação à demanda, as localizações que possuem esses serviços disponíveis apresentam mais vantagens. Ou seja, quanto menos serviços houver em uma área e mais pessoas precisarem deles, mais importante se torna estar em uma localização que ofereça

esses serviços, o que pode gerar desigualdades de acesso a eles. Em relação ao prestígio social, o valor pago pela moradia tende a aumentar na medida em que sua localização se distancia das áreas ocupadas pelas parcelas mais pobres da população:

O elemento prestígio tende a segregar os mais ricos da classe média, que paga muitas vezes um preço extra pelo privilégio de morar em áreas residenciais que os ‘verdadeiros’ ricos estão abandonando exatamente devido à penetração dos arrivistas. Os promotores imobiliários, que conhecem bem esse mecanismo, tiram o máximo de proveito dele ao fazer ‘lançamentos’ em áreas cada vez mais afastadas para os que podem pagar o preço pelo isolamento e ao mesmo tempo incorporar prédios de apartamentos em zonas residenciais prestigiosas (Singer, 1975, p.6).

Contudo, atualmente, a dinâmica do “prestígio social da vizinhança” que tem como base a relação tradicional centro-periferia, tem dado lugar a um processo de descentralização; em um mundo cada vez mais globalizado, o território da cidade se contrapõe a ideia de um único centro, e através das novas relações entre os agentes e o território passa a apresentar uma nova organização intraurbana:

Quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão do espaço intra-urbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade, assim como mais complexa será a organização desse espaço intra-urbano. Em razão das distâncias viabiliza-se, em grande parte, uma maior divisão econômica do espaço, submetido a um mais significativo processo de descentralização, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro. Maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, suscitando maior fragmentação do tecido social, mais complexa será a projeção espacial das classes sociais e suas frações, gerando uma mais complexa divisão social do espaço, com áreas sociais mais diferenciadas (Corrêa, 2007, p.24)

Para Montenegro (2013), pode-se dizer que esta descentralização que ocorre nas cidades atualmente pode ser evidenciada através da espacialização do circuito inferior da economia, que apesar de se fazer presente sobretudo nos centros históricos desvalorizados ao longo dos anos, se localiza em diversas outras partes do território, especialmente nas frações em que há um alto contingente populacional:

Haja vista os altos valores de alugueis nos centros das metrópoles, os pequenos negócios tendem a se localizar, sobretudo, nos subespaços menos valorizados das áreas centrais, em pontos mais afastados das principais vias ou, ainda, em certos casos, em enclaves mais deteriorados das áreas de maior circulação. Contudo, mesmo

nestas áreas, os valores de aluguel dos imóveis, cuja dimensão é extremamente reduzida, são relativamente elevados para os níveis de capitalização do circuito inferior. Em contrapartida, estes altos valores de locação tendem a ser compensados, pela grande quantidade de pessoas que aí circula, ou seja, pelo mercado concentrado por essa região da cidade (Montenegro, 2013, p.40).

Além disso, na cidade, a inserção da terra no mercado se dá através do loteamento, que se refere a uma porção específica de terra que é subdividida de uma propriedade maior para fins de desenvolvimento urbano através da comercialização de suas glebas. Os lotes são frequentemente designados para construção de casas, edifícios comerciais e outros usos específicos. Na economia de mercado atual, grandes construtoras se beneficiam ao ocupar frações menos valorizadas do território, construindo empreendimentos de grande porte em áreas periféricas, onde os lucros com a venda ou aluguel de imóveis são significativamente maiores. Esse processo acentua a fragmentação do espaço, à medida que a abundância e a escassez passam a ser separadas por simples muros.

Outro fator que interfere diretamente na dinâmica da especulação imobiliária é a presença de imóveis que servem para alugueis de temporada, ou de curto prazo, como é o caso da plataforma Airbnb. Com a presença massiva de turistas que buscam por acomodações mais baratas, ocorre um efeito contrário para os moradores locais: os preços de habitação, bens e serviços sofrem um aumento considerável devido ao aumento da demanda por estes recursos territoriais.

2.2. SELETIVIDADE ESPACIAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Para Castro, Gomes e Corrêa (2000), as práticas espaciais são ações que, quando realizadas em determinado espaço, mudam ou preservam suas formas e as interações que nele ocorrem. Essas ações ocorrem de acordo com o entendimento que cada sociedade possui acerca do espaço que ela habita (entendimento este que se baseia nos padrões culturais e no grau de técnica disponível para cada sociedade em determinado momento) e dos projetos de reprodução social vigentes:

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução (...) são ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada, parcial, ou totalmente desfeita e refeita ou permanece em sua essência por um período mais ou menos longo (Castro, Gomes, Corrêa, 2000, p.35).

Uma das práticas espaciais citadas pelos referidos autores, cuja sua compreensão é essencial para o presente trabalho, é a seletividade espacial. A seletividade em si é um fator inerente ao processo de sedentarização do ser humano; desde o surgimento da agricultura, os seres humanos elegem seus espaços de acordo com seus interesses em relação aos atributos que determinada porção territorial lhes oferece. Em outras palavras, no geral, o ser humano elege determinada porção do espaço, visando a elaboração de um projeto a ser realizado.

Contudo, no contexto da economia de mercado, a seletividade dos espaços não se dá de acordo com demandas populares visando atender as necessidades humanas; ela ocorre a fim de viabilizar e otimizar o ciclo do capital no território. Assim, setores privados da economia, em parceria com o poder público passam a influenciar diretamente na distribuição espacial de recursos de todos os tipos, e na presença de oportunidades, sejam elas econômicas, sociais, educacionais ou de infraestrutura, resultando em disparidades significativas na qualidade de vida, no acesso a empregos, nos níveis educacionais, no acesso a serviços de saúde, educação, dentre outras.

Para Moreira (2001), a seletividade é “o processo de eleição do lugar e do (s) respectivos recursos que iniciam a montagem da estrutura espacial das sociedades” (Moreira, 2001, p.2 apud Rocha, 2012 p.102). Nesta perspectiva, Rocha (2012) entende que a política pública pode ser entendida como uma prática espacial, visto que produz diferenciações no espaço urbano de acordo com os interesses dos diferentes agentes que atuam no território. Assim, pode-se dizer que em países periféricos como o Brasil, as políticas públicas se espacializam no território urbano de forma seletiva, de acordo com a lógica das relações de poder presentes em determinado lugar. Sobre isso, Rocha (2012) afirma:

As práticas espaciais como políticas públicas são utilizadas não para a afirmação de direitos, mas para a manutenção do *status quo* político e econômico. Entende-se aí que as políticas acabam sendo direcionadas de forma fragmentada, privatizada, clientelista e individualizada (Rocha, 2012, p.104).

No contexto do neoliberalismo em que se encontram as metrópoles brasileiras, Santos e Silveira (2001) afirmam que esta realidade reforça a seletividade no território uma vez que com a implementação de políticas neoliberais, há uma tendência em concentrar recursos e investimentos em áreas consideradas mais lucrativas ou estratégicas para o mercado, em detrimento de outras áreas, o que faz com que diversas comunidades sejam afetadas pela inacessibilidade em relação a muitos bens e serviços. Segundo os autores:

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços (Santos; Silveira, 2001, p.302).

Com relação a grandes empresas, estas, em parceria com o poder público, assumem uma posição prioritária em relação à população no que diz respeito à decisão dos locais para suas instalações e operações, isso quando não “se tornam instituições quando impõe suas normas, suas ordens e suas informações à sociedade” (Queiroz, 2014, p. 157). Isso ocorre devido à maior capacidade dessas empresas em mobilizar capital, resultando numa crescente inserção desses lugares na lógica do mercado. Isto somado a realidade da divisão internacional do trabalho, cujo foco é constantemente ampliar a produtividade e os lucros, a seletividade espacial, através da ocupação especializada, fragmenta os espaços e aliena os territórios, elegendo-os e descartando-os de acordo com os interesses do mercado. Por esta razão, a seletividade espacial urbana resulta em uma alta fragmentação dos espaços na cidade que, embora sejam contíguos, apresentam alto grau de diferenciação em relação à disponibilidade de equipamentos públicos, infraestrutura e serviços urbanos. Pode-se afirmar, portanto, que as desigualdades socioespaciais, surgem como consequência das interações sociais inerentes ao conflito de classes presente na sociedade contemporânea e das relações destas sociedades com o espaço que ocupam, fenômeno que se manifesta nas diferentes paisagens urbanas de uma mesma cidade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa busca realizar uma análise crítica a respeito das desigualdades socioespaciais expressas nas paisagens urbanas da cidade de Fortaleza/CE que são, em grande parte, resultantes do processo de seletividade espacial promovido por agentes que detém o poder, seja ele político ou econômico, no território da cidade. Com isto, foram selecionados dois bairros para se realizar um estudo a fim de evidenciar como os diferentes tipos de ocupação do território levam a diferentes configurações do mesmo, fato que impacta diretamente no cotidiano da população; foram designados os bairros Praia de Iracema e Moura Brasil como foco de investigação.

A escolha desses bairros seguiu critérios específicos: precisavam apresentar proximidade geográfica, exibir paisagens urbanas que contratassem em algum grau, possuir

extensão territorial comparável e tamanho populacional e área residencial semelhantes. Além disso, a delimitação destes critérios foi fundamental para a identificação de padrões e de tendências entre os bairros selecionados; ao estabelecê-los, buscou-se assegurar que os bairros compartilhassem características semelhantes, o que permitiria uma análise mais precisa das disparidades socioespaciais entre eles e assim, identificar de forma mais clara os efeitos das dinâmicas sociais e espaciais na configuração urbana desses lugares.

Assim, em um primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos geográficos que iriam nortear a pesquisa, tais como espaço geográfico, território usado, paisagem, seletividade espacial e desigualdade. Para isso foram utilizados livros em formato PDF e artigos científicos que abordam estes temas.

A etapa seguinte consistiu na pesquisa teórica sobre a história de processo de estruturação da configuração socioespacial da cidade de Fortaleza, a fim de contextualizar a história do processo de estruturação da configuração socioespacial dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, cuja pesquisa se realizou em seguida. O estudo foi feito através de livros em PDF, monografias, teses e artigos científicos com temas chave para esta etapa do trabalho.

Com o objetivo de demonstrar quais as possibilidades oferecidas pela Prefeitura da cidade para viabilizar a participação popular no planejamento muitas vezes excludente de Fortaleza, foi realizada uma busca através das plataformas digitais oficiais da Prefeitura. Constatou-se a presença de diversos mecanismos de participação, tais como o Plano Diretor Participativo (PDP), o Fortaleza 2040, os Fóruns Territoriais e os Mapas Colaborativos. A partir daí, realizou-se uma análise sobre qual o real impacto desses mecanismos no cotidiano dos moradores dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, ou seja, em que grau essas medidas são, de fato, eficazes para a população.

Os resultados do presente trabalho foram obtidos em duas etapas: a primeira etapa consistiu na interpretação de dados obtidos através de plataformas digitais disponibilizadas pela Prefeitura. Foram realizados acessos no site do Plano Fortaleza 2040, em documentos de Perfil Municipal realizados pelo IPECE, e na plataforma Fortaleza em Mapas. A segunda etapa se deu através da pesquisa de campo, realizada no dia 05/04/2024, sábado, no período compreendido entre às 10:30h e às 14:30h. O objetivo da realização do campo foi realizar uma observação direta das paisagens dos bairros, analisando como suas formas dialogam com os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica, especialmente no tocante aos equipamentos e infraestruturas demonstrados no quadro oito deste trabalho, e realizar o registro fotográfico dessas paisagens, já que, “através do espaço, a história se torna, ela

própria, estrutura, estruturada em formas” (Santos, 2004, p.189). A respeito da pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2017) afirmam que:

Pesquisa de campo é que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los (Marconi; Lakatos, 2017,np).

Vale salientar que o trabalho de campo também constituiu em uma oportunidade de reflexão sobre a temática proposta através da apreensão da realidade material e imaterial dos bairros; também forneceu novos elementos que levaram a novas constatações com relação às hipóteses propostas neste trabalho. O roteiro teve início no bairro Praia de Iracema e seguiu no sentido oeste, para o bairro Moura Brasil, conforme foi ilustrado nos mapas 6 e 7, na seção de resultados e discussões. Como será visto, as paradas realizadas durante o campo não coincidem necessariamente com as imagens expostas nos resultados deste trabalho, pois muitas fotos foram feitas entre uma parada e outra.

3.2. BASES E PRODUÇÕES CARTOGRÁFICAS

Para demonstrar de forma mais clara as ideias presentes nesta pesquisa, foi amplamente utilizada a plataforma Fortaleza em Mapas, disponibilizada pela Prefeitura de Fortaleza. A plataforma disponibiliza diversas informações de maneira georreferenciada e abrange as seguintes categorias: “socioeconômicos”, “Fortaleza 2040”, “infraestrutura e equipamentos”, “legislação”, “territoriais”, “projetos da prefeitura”, “boletins epidemiológicos” e “turismo”. Cada categoria contém subcategorias, que podem ser apresentadas no mapa através de camadas poligonais, de linhas, de Bitmaps ou de pontos de localização. As camadas podem ser movidas para frente ou para trás, de acordo com a necessidade da pesquisa. Os dados encontrados foram interpretados em conjunto com os resultados da pesquisa bibliográfica, a fim de se obter um entendimento mais abrangente sobre o assunto.

Também foram elaborados cinco mapas através do *software* livre QGIS. Os mapas base foram obtidos no Portal de Mapas do IBGE, e algumas das camadas em formato de *shapefile* foram obtidas nas plataformas do IBGE, Fortaleza em Mapas e Forest-GIS. A partir destas camadas foram criadas novas feições para destacar outras áreas, como as dos bairros em análise. No mapa em que se utilizou imagens de satélite, a camada foi importada do

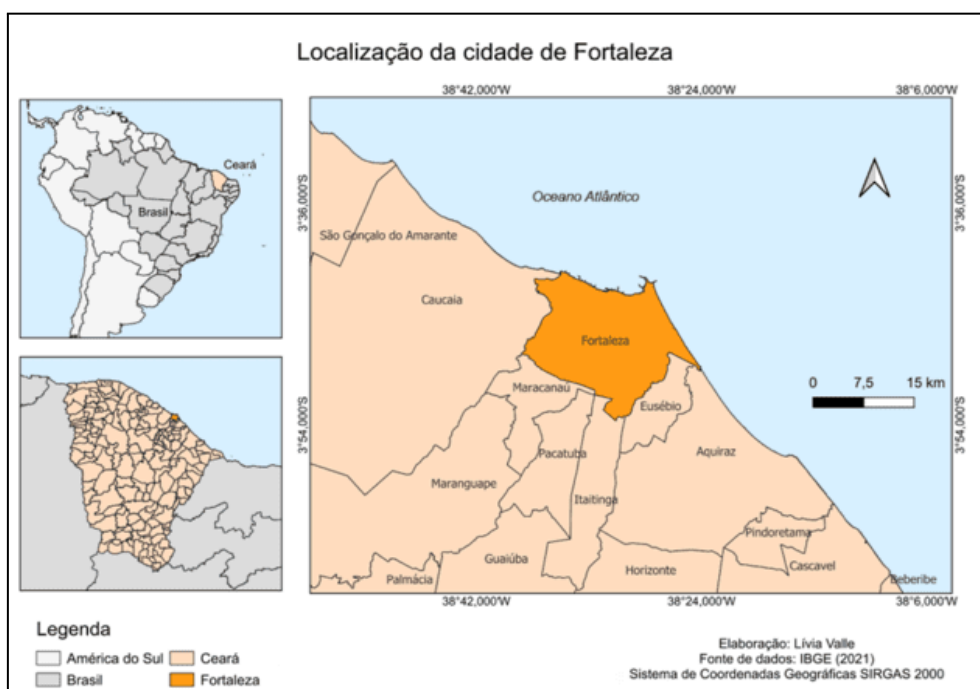
Google Earth através do complemento *QuickMapServices*. Neste mesmo mapa se utilizou do recurso de linha para realçar a avenida Presidente Castelo Branco. Com a produção dos mapas pretendeu-se ilustrar as informações fornecidas, a fim de comunicar informações e resultados de forma mais clara e objetiva.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

Fortaleza é a capital do Ceará, estado localizado no nordeste do Brasil, conforme ilustrado no mapa a seguir. Segundo o Perfil Municipal de 2017, apresentado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o município de Fortaleza possui 100% de seu território urbanizado. Isso significa que, não havendo a presença de área rural, a área do município coincide com a área da cidade, abrangendo, portanto, um total de 314,9 km², sendo habitada por 2.452.185 pessoas, o que resulta em uma densidade demográfica de 7.786,52 hab/km². Essa característica faz da cidade um centro populacional densamente habitado, fato que, aliado à especulação imobiliária, intensifica a competição por áreas específicas do território.

Mapa 1 - Localização da cidade de Fortaleza



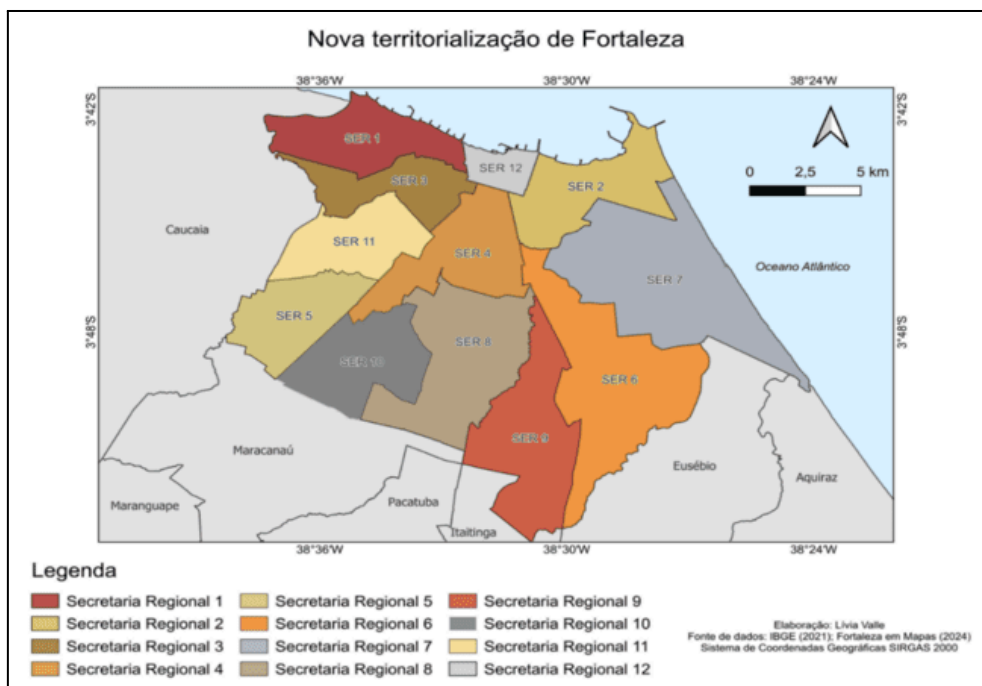
Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no portal do IBGE (2021)

Para fins de administração, até o ano de 2020 Fortaleza era dividida em sete

Secretarias Executivas Regionais; atualmente, com as mudanças nos padrões de distribuição da população na cidade e com as mudanças na administração de seu território, sua área se encontra dividida em 12 regionais, conforme ilustrado no mapa a seguir. As regionais são subdivididas em 39 territórios, que por sua vez são subdivididos em 121 bairros. Essas divisões visam uma melhor gerência do território da cidade, uma vez que a proposta é agrupar bairros que apresentam características e necessidades socioespaciais similares. Com isso, espera-se que o poder público amplie a sua capacidade em direcionar à população recursos e serviços de forma mais eficaz, atendendo às necessidades específicas de cada região. Segundo a prefeitura de Fortaleza, a descentralização administrativa proporcionada pela divisão em Regionais permite uma abordagem mais próxima da população, promovendo uma gestão mais ágil e adaptada às particularidades de cada território (Fortaleza, 2021):

A mudança, amplamente discutida com a população e lideranças comunitárias, tem como base o Plano Fortaleza 2040 - planejamento para a Cidade apresentado pela gestão municipal em 2016 - e objetiva diminuir as diferenças entre as regiões de Fortaleza, garantindo maior autonomia administrativa às Secretarias Regionais. Com a reestruturação, os 121 bairros da Capital foram agrupados em 39 territórios seguindo critérios, como a quantidade de habitantes, a área de cada bairro, a aproximação cultural e a utilização de equipamentos públicos pelos habitantes (FORTALEZA, 2021).

Mapa 2 - Nova territorialização de Fortaleza



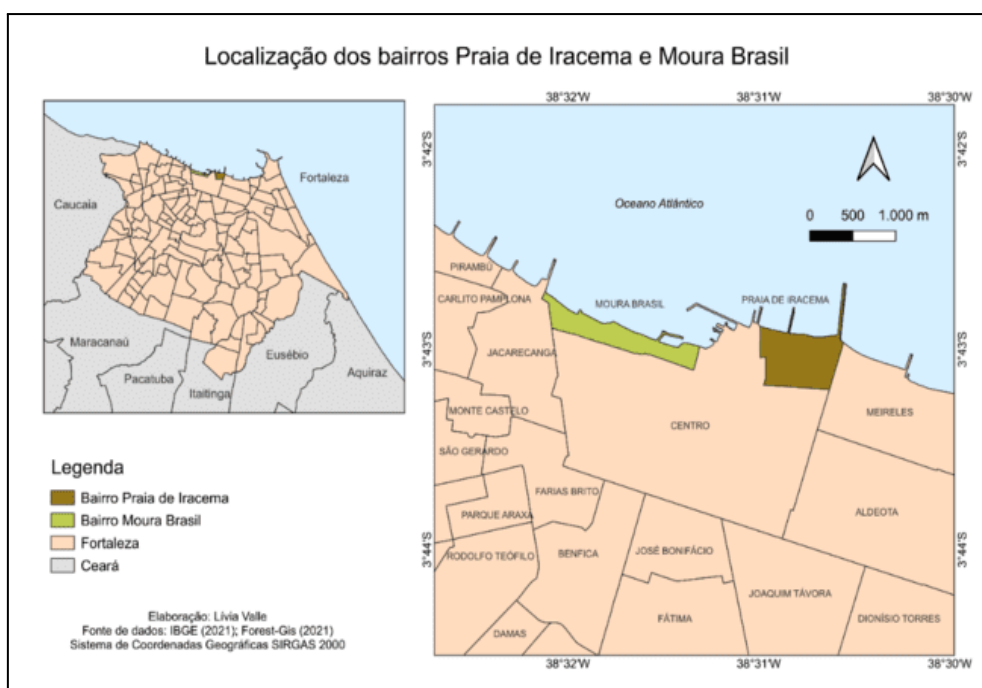
Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no portal do IBGE (2021) e Fortaleza em Mapas (2021)

Os bairros abordados nesta pesquisa encontram-se em proximidade, estando a apenas

1,9 km um do outro, compondo junto com o bairro Centro, a Secretaria Executiva Regional de número 12 (SER12). Como ilustrado no mapa a seguir (mapa 3), ambos os bairros se situam no litoral oeste da cidade, com faixas litorâneas que percorrem integralmente suas extensões. Os bairros selecionados possuem características semelhantes quanto à extensão territorial, localização geográfica, tamanho populacional e área residencial.

Outro ponto importante que em um primeiro momento aproxima estes bairros é o fato de abrigarem duas das principais praias da cidade: a Praia da Leste (no bairro Moura Brasil) e a Praia de Iracema, cujo nome é compartilhado com o próprio bairro. É importante salientar que a praia de Iracema abrange não apenas o bairro Praia de Iracema, mas também o seu bairro vizinho, o Meireles, no qual adentra cerca de 783 metros, partindo da rua João Cordeiro e estendendo-se até a avenida Rui Barbosa (Google Maps, 2024). Contudo, esta aproximação é apenas aparente, já que as praias, assim como os próprios bairros, apresentam características bem diferentes em relação aos seus usos e aos investimentos territoriais proporcionados pelo poder público e pela esfera privada. Dessa forma, é possível questionar a intencionalidade presente ao regionalizar os bairros da Regional 12, bem como se essa escolha efetivamente beneficia essas áreas e os seus moradores, e em que medida, já que embora a Prefeitura tenha buscado agrupar bairros que compartilham afinidades sociais, culturais e espaciais, ao analisar os bairros em questão, percebem-se notáveis disparidades nessas características.

Mapa 3 - Localização dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no portal do IBGE (2021) e Forest-Gis (2021)

Segundo dados da plataforma oficial da Prefeitura “Fortaleza em Mapas”, o bairro Moura Brasil é o mais populoso de sua regional, com 3.765 habitantes. Em relação a sua área, que é de 0,42km², a densidade demográfica do bairro é de 8.964,29 hab/km², valor cerca de 15,13% mais alto do que densidade demográfica média da cidade, que é de 7.786,52 hab/km² segundo o IBGE (2022). Sua delimitação corresponde ao litoral oeste ao norte, rua Adarias de Lima e rua Senador Jaguaribe ao sul, rua Praça dos Mártires a leste e avenida Filomeno Gomes a oeste. Já o bairro Praia de Iracema possui 3.130 habitantes. Em relação a sua área, que é de 0,53km², a densidade demográfica do bairro é de 5.905,66 hab/km², cerca de 24,15% mais baixo do que a média da capital. Sua delimitação territorial atual é o litoral oeste ao norte, avenida Monsenhor Tabosa ao sul, rua João Cordeiro a leste e rua Almirante Jaceguai e avenida Almirante Tamandaré a oeste.

4.2. EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA A PARTIR DO SÉCULO XVII

A competição por partes do território bem como o processo de seletividade espacial são processos complexos, que tiveram início com a própria formação da cidade. Portanto, para realizar uma análise das desigualdades socioespaciais existentes hoje na cidade de Fortaleza, se faz necessário um breve resgate sobre o processo de estruturação da configuração socioespacial da cidade, bem como sobre a sua consolidação como grande cidade e como metrópole no contexto do processo da urbanização brasileira, uma vez que as cidades se apresentam, em última instância, como um produto histórico.

Durante o século XVII, o território que hoje corresponde à cidade de Fortaleza foi ocupado com fins militares, para servir como ponto de apoio para viajantes que cruzavam as capitânicas do norte para realizar comércio. A expedição de Martins Soares Moreno se estabeleceu às margens do Rio Ceará, que segundo Costa (2014) “apresentava alguns inconvenientes, como a insalubridade e o assoreamento no leito fluvial que lhes dificultava o acesso” (p.58). Com o afastamento da expedição para a então Capitania de Pernambuco com vistas a proteger tal território de uma invasão holandesa, estes acabaram por invadir o território cearense; se estabeleceram na margem esquerda do Rio Pajeú, permanecendo ali por sete anos, até serem expulsos definitivamente do Brasil em 1654. Em seguida, os colonos portugueses passaram a ocupar o local, que contava com mais salubridade. No século seguinte, Fortaleza adquiriu o status de vila, sendo o Rio Pajeú a principal fonte de água para os seus residentes; nesse período, o quadro natural ainda era um fator crucial no desenvolvimento das sociedades nos lugares, e em Fortaleza, o clima e a seca que assolava a região de tempos em tempos, especialmente as de grande projeção, se apresentavam como um

entreve para o modelo colonial de desenvolvimento imposto à capital. Contudo, por concentrar as atividades administrativas do estado, a cidade adquiriu uma centralidade urbana perante o Ceará. Em 1799, a capitania do Ceará, até então subordinada à capitania de Pernambuco, foi emancipada, e Fortaleza foi eleita como a sua capital, fato que possibilitou o comércio diretamente com o reino de Portugal. Com a abertura dos portos no ano de 1808, a Capitania estabeleceu relações comerciais com outros portos europeus, o que impulsionou a sua economia. Em decorrência do crescimento da vila, surgiu a necessidade de uma maior organização e estruturação do território, ficando a cargo do poder público a contratação dos primeiros arruadores, “com o objetivo de dar às ruas certa orientação e regularidade e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza” (Costa, 2014, p. 92). Os arruadores tinham a função de traçar ruas, alinhá-las, arboriza-las, desobstruí-las, dentre outras demandas que surgissem. Contudo, dado o caráter de indissociabilidade do espaço, era de se esperar que essa “organização e estruturação do território” ensejaria também na mudança dos usos feitos pelos seus habitantes.

Tendo em vista que a ação precede a existência do objeto, a recente organização do território carecia de um sistema de normas compatível, que por sua vez, demandava edificações públicas focadas na gerência administrativa da Capitania, especialmente da vila de Fortaleza. Em 1812 foram instalados no território a alfândega, responsável pela arrecadação de impostos, o Correio, e algumas edificações públicas, com destaque para o Mercado. A maior parte dessas obras foram conduzidas pelo Tenente-Coronel de engenharia Silva Paulet. Também é atribuído a Paulet o primeiro plano de expansão da vila de Fortaleza (Fig. 1), que ao nortear o crescimento da malha urbana, foi fator importante para a configuração territorial da cidade que se vê atualmente.

Contudo, não se deve atribuir o crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade de Fortaleza apenas aos engenheiros e arquitetos que fizeram parte deste processo; sendo o espaço um lugar de disputas entre classes, ao passo que a modernização do território, sobretudo de sua área central (onde hoje se localiza o bairro Centro) foi ocorrendo, foi havendo também um movimento de exclusão da camada mais pobre da população que fazia uso desses espaços. Com isso, segundo Costa (2017), os mais ricos passaram a se instalar no “Centro” em moradias construídas com tijolos, enquanto a população mais pobre passou a residir em lugares afastados, como as áreas de dunas, por exemplo, onde as casas eram feitas de palha. Em sua dissertação intitulada “A Modernidade e as Favelas: a produção do espaço urbano em Fortaleza a partir da seca de 1932” (2012), Almeida analisa o processo de produção do espaço de Fortaleza através da relação contraditória entre o centro e as favelas,

província para a capital o que favoreceu a expansão. O crescimento econômico refletiu-se na paisagem urbana e na organização do espaço, que exigiu mais controle (Costa, 2014, p.96)

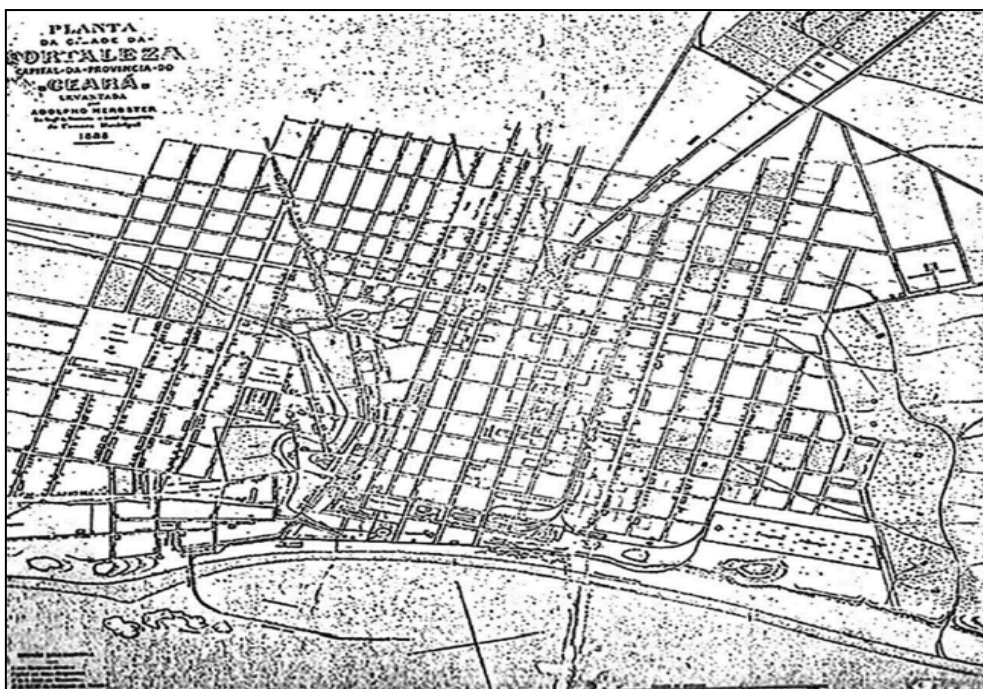
No ano de 1863, a cidade já se encontrava bastante estruturada em relação aos objetos fixados em seu território, contando com palácio do governo, hospital, quartel militar, polícia, cadeia pública, duas tesourarias, alfândega, armazém de pólvora, cemitério e um porto:

[...] Fortaleza floresceu como capital da província beneficiada pela sucessão de boas chuvas e colheitas e pelos altos preços do algodão no mercado internacional. A estabilidade climática favoreceu a economia e a salubridade da cidade. De fato, a imagem de Fortaleza, no relato de escritores cearenses e viajantes que percorreram a província em meados daquele século, era a de uma cidade saudável e muito asseada. Localizada à beira-mar, com solo arenoso, clima seco e ameno e uma ventilação capaz de varrer para longe os miasmas, a cidade tinha ainda a vantagem de contar com uma elite política que, mediante legislação provincial, definia uma série de normas urbanas sanitárias capaz de prevenir ou evitar catástrofes maiores em situações calamitosas, como a da seca de 1877 (Costa, 2017, p.143).

É importante salientar que até o ano de 1884, o Ceará era uma província escravocrata e que, portanto, cabia às elites, com seus conhecimentos e cultura próprios, grande parte do ordenamento dos espaços urbanos. Segundo Costa (2014) “de modo geral, aqueles que modelaram a paisagem da cidade tiveram o apoio dos que comandavam a execução de obras e dos administradores e legisladores que aprovavam os códigos de postura e outras leis” (p.100). Claval (1981 apud Costa, 2014), afirma que tal fato possui suas raízes no próprio modelo de colonização brasileiro, onde “as formas urbanas criadas pelo colonizador se impõem às populações muito mais do que aquelas criadas por elas mesmas” (p.101).

Nos anos que se seguiram, a Câmara Municipal se viu diante de uma série de problemas resultantes do rápido e precoce crescimento da cidade, tais como a falta de iluminação de vias, de sistemas de telefonia e de transporte urbano e de uma rede apropriada de água e esgoto. Mesmo diante dessa problemática, devido ao número cada vez maior de pessoas que migravam para Fortaleza, a Câmara sentiu a necessidade de expandir o perímetro urbano da cidade. Seguindo o modelo xadrez adotado por Silva Paulet, essa expansão foi orientada por cinco plantas, elaboradas pelos seguintes arruadores: Antônio Simões (1850), Pe. Manoel do Rego (1856) e Adolpho Herbster (1859, 1875 e 1888). A última planta realizada por Adolpho Herbster, em 1888 apresenta feições similares a configuração territorial que a cidade possui atualmente, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 2 - Planta de Fortaleza elaborada por Adolpho Herbster em 1888



Fonte: Costa, 2017

Essas plantas surgiram com o intuito de ordenar o uso e a ocupação do território de Fortaleza, partindo de sua área central. Contudo, os problemas urbanos incipientes não foram plenamente solucionados com o trabalho dos administradores; assim como em outras cidades brasileiras, a normatização dos espaços urbanos de Fortaleza ficou sob responsabilidade de engenheiros militares provenientes da Academia Imperial; desta forma, estes profissionais importaram, sem realizar adaptações, os modelos de estruturação, ordenamento e disciplinamento dos espaços, bem como das populações, de códigos europeus preexistentes. Tal abordagem gerou diversos problemas, como por exemplo a assimilação tardia dos objetos por parte das populações, devido ao estranhamento proveniente das diferenças territoriais e culturais entre os povos. Somado a isto, as melhorias em infraestruturas e serviços urbanos oferecidos para a população eram realizadas somente em lugares com maior densidade populacional e, sobretudo, em áreas onde a população possuía maior poder aquisitivo, evidenciando, já naquela época, uma forte seletividade espacial, com a concentração de recursos de todos os tipos nas áreas centrais da cidade.

Foram os Tratados, os Códigos de Posturas e os Relatórios dos Administradores, que nortearam o crescimento urbano de Fortaleza. Maria Clélia Lustosa Costa (2017) faz uma análise dos Códigos de Postura adotados para a cidade, com foco na “impregnação do discurso médico-higienista na legislação urbana” (p.28). Como os Códigos de Posturas

possuem um aspecto multidisciplinar, apresentando um bom panorama sobre a organização autocrática do espaço de Fortaleza (já que tais medidas não dialogaram com a população pobre) e de seus elementos ao longo do tempo, a análise da autora servirá como fonte bibliográfica para o que será exposto a seguir.

Tratados de higiene pública, códigos de posturas e relatórios de administradores determinavam o controle das fontes de abastecimento de água (cacimbas e chafarizes), a fiscalização do uso dos riachos, das lagoas e dos açudes, o aterro de pântanos; a limpeza urbana, o destino do lixo e esgotos; a construção de parques e jardins; o alinhamento, o alargamento e a arborização de ruas; e a construção de edificações (Costa, 2017, p.27).

Os códigos de postura visavam “organizar” a cidade e eram propostos pela Câmara Municipal da capital e aprovados pela Assembleia Legislativa Provincial, através do Presidente da Assembleia. Contudo, o instrumento disciplinava não só o espaço público, mas também o privado, interferindo na esfera comportamental da sociedade como um todo. Como exemplo, o Código de Posturas de 1835 tratou

do alinhamento e limpeza das ruas; da construção e conservação das casas; da criação de animais domésticos; do uso das aguadas; da venda de carnes e outros alimentos; da vacinação da população; da salubridade urbana e do comportamento dos moradores dentro da capital e povoações do município (Campos, 1988 apud Costa, 2017, p.28).

Visando o cumprimento das normas recentemente adotadas e o conseqüente disciplinamento do território da cidade, as casas de palha, pertencentes a parcela mais pobre da população, foram proibidas no perímetro urbano “pois seus moradores não tinham condições financeiras e mesmo culturais para adaptar-se a estas normas” (Costa, 2017, p.31). Outra justificativa para o afastamento da população pobre das áreas centrais da cidade era que essas casas não combinavam, esteticamente, com os modelos espaciais europeus impostos recentemente à cidade. Com isso, houve um movimento de parte da população que residia em áreas centrais, para áreas periféricas e marginalizadas, onde suas edificações poderiam existir, sem ferir os preceitos estéticos vigentes, delimitando, nas palavras de Costa (2017), “um território social ao expulsar para fora das áreas alinhadas a população que não tinha condições de construir suas moradias em material permanente” (p.32). Desta forma, pode-se afirmar que foi se criando duas cidades, uma central, com edificações feitas a partir de materiais duráveis, que apresentava uma paisagem ordenada resultante do cumprimento de normas relativas à edificação e à disposição dos objetos no território, e outra periférica, edificada com materiais não duráveis e suscetíveis às intempéries climáticas, com uma paisagem desordenada,

resultante da ausência de um planejamento urbano adequado à realidade brasileira que se impunha. Neste contexto, pode-se afirmar que a partir deste momento, foram sendo estabelecidas as paisagens da cultura dominante e as paisagens alternativas, nas palavras de Cosgrove (2012). Em sua obra “A Urbanização Brasileira”, Milton Santos aponta para a criação de um modelo espacial excludente:

A cidade em si como relação social e como mentalidade, torna-se criadora de pobreza tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes da periferia (...) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo socioespacial (Santos, 1993, p.10).

No mesmo período outras leis importantes que versavam sobre a ordenação do território foram implantadas, como por exemplo a Lei nº36 de 5/10/1835, que tratou da desapropriação de edificações por utilidade municipal ou provincial. Outra lei que trouxe desdobramentos importantes na esfera territorial foi a Lei nº328 de 19/08/1844, que deu uma atenção especial às questões relativas à água e ao esgoto, proibindo o banho e a lavagem de roupas e de outros objetos em fontes de água públicas que não fossem destinadas a estes fins e o plantio próximo das aguadas para evitar sua degradação.

O Código de Posturas de 1865 regulamentou ainda mais as questões relativas às edificações, bem como ampliou a regulamentação do uso e destino da água. O Código trouxe uma inovação ao destinar usos específicos para determinadas praças, e expulsar as atividades insalubres como “curtumes, salgadeiras, açougues e fábricas de qualquer natureza” das áreas centrais para as áreas periféricas (Costa, 2017, p. 36). A preocupação constante com as questões relativas à salubridade pode ser explicada pelo fato de que Fortaleza passou por várias epidemias: de febre amarela, nos anos de 1851 a 1855, de cólera, nos anos de 1862 a 1864, e de varíola, nos anos de 1877 a 1879.

O Código de Posturas de 1870, por sua vez, tratou dos assuntos anteriormente abordados, mas deu ênfase na questão da salubridade da cidade de Fortaleza, proibindo a criação de determinados animais na área urbana e o despejo de dejetos humanos em áreas inapropriadas. É importante salientar que neste período, ao contrário do que ocorre hoje em alguns lugares, as praias eram extremamente desvalorizadas, sendo o principal local para o despejo de materiais fecais dentre outros contaminantes ambientais. Segundo Brasil (1896 apud Costa, 2017), a área próxima do Hospital de Misericórdia (porção litorânea referente ao trecho compreendido entre a praia da Leste e a praia de Iracema, situada no bairro Centro), possuía excrementos no decorrer de sua orla, e apresentava um odor característico de fezes,

que podia ser detectado a muitos quilômetros de distância. A valorização das áreas litorâneas só ocorreu a partir do século XX, em decorrência da crescente mudança da relação do ser humano com o seu espaço.

O Relatório de 1873, publicado pelo então Inspetor de Saúde Pública do Ceará, Dr. José Lourenço de Castro Silva, exaltava uma Fortaleza limpa, salubre, com ruas largas e bem arejadas e com belas edificações. De fato, os bairros que compunham a região central da cidade, ou seja, aqueles bairros em que se concentrava a oferta de bens e serviços essenciais para a população, eram dotados de boa estrutura, pois ao longo do tempo representaram a parcela privilegiada do modelo de planejamento adotado. Contudo, a outra parte produzida por este mesmo processo, ou seja, as áreas periféricas onde residiam as classes mais pobres, apresentavam uma realidade sanitária bem diferente; o relatório publicado pelo Inspetor de Saúde Pública Dr. Antônio Domingos da Silva em 1875, aponta para uma Fortaleza marginal e esquecida, que carecia de todo tipo de higiene, onde não haviam edificações, mas sim, “casebres de palha, mal cobertos, em que facilmente penetram o ar frio da noite e da chuva” (Costa, 2017, p. 42).

Até o ano de 1879, alguns serviços como a limpeza pública, ficavam a cargo dos próprios cidadãos. Porém, com o advento do Código de Posturas implementado neste mesmo ano, este e outros serviços passaram a ser realizados por empresas privadas. Outro destaque do Código mencionado foi a necessidade de vacinação por parte da população, que sofria uma epidemia de varíola. Em 1918 ocorreu o que, para Costa (2017), foi a “institucionalização do discurso higienista”, que foi implementado através do Código Sanitário de 1918. Segundo a autora, o regulamento aplicou em Fortaleza normas europeias, retiradas de tratados de higiene da França, o que gerou algumas incompatibilidades.

Portanto, ao longo dos anos, os códigos de posturas e normativas promulgadas pelo poder público estabeleceram uma série de práticas espaciais destinadas à organização e ao controle do território urbano de Fortaleza. De fato, durante esse período, houveram diversas melhorias significativas para o contexto urbano em geral: o surgimento de novas vias de circulação, o alargamento de ruas, a construção de edifícios públicos para atender às necessidades da população, além do estabelecimento de infraestruturas essenciais, como sistemas elétricos, de abastecimento de água e saneamento básico, entre outras iniciativas. Contudo, a maioria dessas mudanças ocorreu de forma concentrada em bairros considerados como centrais, e em suas adjacências, onde os residentes possuíam maior poder aquisitivo, tendo em vista que, além de outras razões, a importação de modelos arquitetônicos europeus encareceu as casas.

Essa incompatibilidade dos modelos e normas europeias em relação à realidade brasileira, mais especificamente da cidade de Fortaleza, foi destacada pelo médico Afrânio Peixoto, em sua obra “Cima e Saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira”. Para o autor, a paisagem urbana era contraditória, pois exibia formas que contrastavam com a realidade de pobreza de grande parte da população. Para ele, por ser um país de grandes dimensões e com localização geográfica diferente da dos países europeus, o Brasil deveria pensar em suas próprias soluções para suas problemáticas. Somado a estas diferenças geográficas, a realidade colonial da fundação e do desenvolvimento do Brasil exige uma abordagem própria, que leve em conta todo o contexto de exploração ao qual o país foi submetido, o que não ocorreu em Fortaleza (Costa, 2017).

É fundamental ressaltar que os Códigos de Posturas e outras normativas, em sua maioria, foram concebidos também com o intuito de exercer controle social especialmente sobre grupos marginalizados, tanto por parte das autoridades públicas quanto por parte das elites locais; é notável a ausência da promoção das condições equitativas indispensáveis para a efetiva observância de tais normas pela sociedade como um todo, fato que contribuiu para o afastamento social e espacial da população de Fortaleza.

Araújo e Carleial (2001) abordam a questão do desenvolvimento da cidade de Fortaleza enquanto metrópole, através da perspectiva das migrações que ocorreram ao longo dos anos. Segundo as autoras, o constante embate entre práticas colonizadoras e os movimentos de resistência de povos subjugados fez com que uma camada marginalizada da sociedade cearense fosse crescendo de forma conjunta ao crescimento da própria capitania, sobretudo, com as migrações forçadas as quais indígenas, escravos e pessoas pretas libertas eram submetidos ao serem expulsos das áreas que ocupavam originalmente ou que faziam de refúgio. Esse movimento fez com que um grande contingente de pessoas se deslocasse das áreas litorâneas para áreas serranas, ou se aglomerassem nas margens da cidade. Para as autoras, esses movimentos migratórios incorporaram, anos mais tarde, o que elas julgavam ter sido o principal movimento de migração relacionado ao crescimento da área urbana de Fortaleza: dos sertanejos que migraram do interior fugindo da seca e da fome, com a esperança de encontrar na capital um lugar de refúgio e oportunidades. Muitos foram se instalando próximos a linha férrea, pois desta forma poderiam contar uma rota de fuga, além de acesso a transporte, a recursos, e a certa comunicação com outros lugares. Ao chegar na cidade, porém, muitos retirantes encontravam uma realidade diferente da que esperavam; os trabalhos ofertados eram geralmente insalubres e perigosos e com baixíssima remuneração, isto quando não eram “pagos” apenas com comida. Além da precarização do trabalho, os que

migraram do sertão sofriam todo tipo de preconceito vindo das elites, que não aceitavam a proximidade com essas pessoas. Após o fim dos períodos de estiagem muitos retirantes retornavam para as suas antigas cidades e muitos permaneciam em Fortaleza, reconfigurando assim a dinâmica territorial da região.

Costa (2014) aponta que durante uma das secas de grande projeção, que ocorreu de 1877 a 1879 (a “seca dos dois setes”), Fortaleza, que contava com um contingente populacional de 20.098 habitantes segundo o censo de 1872, passou a contar com um total de 160.000 residentes. Essas migrações, portanto, exigiam cada vez mais infraestruturas no território, assim como uma maior oferta de serviços direcionados para a população, o que não ocorria. Tal fato levou, muitas vezes, ao aumento de doenças e de mortes, já que esta parcela da população chegava à capital carecendo de condições básicas para a própria sobrevivência, o que por consequência levava ao não cumprimento das práticas sanitárias propostas pelos códigos de posturas.

Para Araújo e Carleial (2001) as migrações acentuaram o processo de periferização urbana já existente em Fortaleza. Segundo as referidas autoras, o crescimento populacional seguiu nos anos seguintes; de 1920 a 1940, houve o incremento de 56,2 mil migrantes na cidade. Em 1950 houve uma diminuição desse ritmo migratório, mas em 1960 e 1970 voltou a crescer, sendo responsável por 90% do incremento populacional desse período. Os principais núcleos de favelas existentes em Fortaleza surgiram a partir do ano de 1930, sendo constituídos principalmente por migrantes e pessoas pobres e concentrando-se na porção sul da cidade e em seu litoral (Araújo e Carleial, 2001).

Durante uma das secas de maior projeção, que ocorreu no ano de 1932, também se deu o processo de reestruturação da região central da cidade (atual região do bairro Centro, que se encontra entre os bairros Moura Brasil e Praia de Iracema). Segundo Rios (2014), a relação destes eventos não é casual, uma vez que as obras urbanas e a instalação de equipamentos públicos urbanos modernos no território da cidade foram realizadas, sobretudo, com a mão-de-obra daqueles retirantes que chegavam a Fortaleza em busca de melhores condições de vida. Essas ofertas de trabalho atraíam ainda mais pessoas para a capital, mas não garantiam a elas moradia, educação ou saúde:

O embelezamento era conseguido, em certa medida, com o trabalho exaustivo dos retirantes e com os recursos financeiros do Governo Federal vindos para o combate à seca. Tudo indica que a intensidade do pânico, projetada nos jornais, pretendia, também, sensibilizar as autoridades federais e, com isso, ampliar a vinda desses recursos para o Estado flagelado (Rios, 2014, p.60).

Desta forma, segundo Rios (2014), às custas dos trabalhadores retirantes, a cidade continuava a ostentar belas paisagens urbanas, com seus elementos modernos ordenados no território da cidade. Porém, nem o poder público, nem a mídia, nem os moradores com melhores condições de vida, garantiam a utilização deste espaço para todos; os trabalhadores retirantes, assim como o resto da população pobre, não utilizavam os espaços, e nem os serviços oferecidos nos prédios que eles mesmos ajudaram a construir; pelo contrário, eles eram expulsos para áreas mais afastadas, onde incrementavam a produção das favelas. Contudo, essa parcela da população não aceitava essa condição de marginalização, e lutava ativamente pelo seu direito de usar o território da cidade. Segundo Almeida (2012):

Eles se organizavam, questionavam o governo e faziam saques de mercadorias, forçando assim a burguesia e o governo a cederem às suas pressões. Nesse sentido, os retirantes enquanto sujeitos coletivos também são protagonistas da cidade (...). Chegavam a incomodar a “paz urbana” das elites e ameaçar a quebra da ordem. Consequentemente, sendo eles o “flagelo” da elite, que era obrigada a conviver com essa população que lotava a cidade a partir da seca de 1932, miséria e luxo coexistiam não como um antagonismo indissolúvel, mas como fruto de uma modernidade paradoxal e excludente (Almeida, 2012, p.55).

Apesar de haver um grande número de obras públicas em andamento no território fortalezense, não havia oferta de trabalho para grande parte dos sertanejos que chegavam à capital. Com isso, durante muitos anos, como medida para enfrentar os desafios socioespaciais nos períodos de secas severas, os líderes políticos do estado do Ceará, aliados à elite local, estabeleceram e mantiveram em operação, nas palavras de Rios (2014), diversos “campos de concentração” (ou currais do governo, como eram conhecidos entre os retirantes), que se apresentavam como projeto humanitário: “em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza” (Rios, 2014, p.68). As concentrações foram implementadas sob a justificativa de servir como locais de assistência ao sertanejo migrante, lugar onde seria oferecido moradia, água, alimentos e oportunidades de trabalho. Contudo, as concentrações também tinham como finalidade restringir a penetração dos migrantes nas áreas centrais da cidade, evitando assim o contato e o conflito por espaço entre essa parcela da população e os demais residentes de Fortaleza. A imagem a seguir retrata a aglomeração existente no Campo do Urubu, onde se localiza atualmente o bairro Moura Brasil.

Figura 3 - Aglomeração no Campo do Urubu



Fonte: Rios, 2014

Um ponto importante a ser considerado é que os campos concentravam uma grande massa de trabalhadores prontos para exercer todo e qualquer tipo de trabalho, fosse ele insalubre ou perigoso, com baixa ou nenhuma remuneração. As condições nos campos eram muitas vezes precárias, tendo sido registradas muitas mortes por doenças infectocontagiosas e por situações de violência (Rios, 2014).

É importante salientar que durante este período o mundo capitalista passava pela Grande Depressão econômica (crise de 1929), fato que dificultou ainda mais a implementação de políticas públicas realmente humanitárias, já que os Estados estavam muito mais preocupados com a economia. O crescimento de Fortaleza, portanto, não se deu forma espontânea e linear; muita coisa foi planejada, inclusive onde se situaria a pobreza:

Diante do pânico, as classes dominantes discutiam os planos para o controle sistemático dos retirantes. Os jornais anunciavam, de modo recorrente e incisivo, as medidas que disciplinariam a presença dos flagelados na cidade ou no sertão: Campos de Concentração, o trabalho nas obras e a emigração para outros Estados (Rios, 2014, p.12).

4.3. PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DOS BAIROS PRAIA DE IRACEMA E MOURA BRASIL

A porção oeste da cidade de Fortaleza na qual se encontra o bairro Moura Brasil

sempre constituiu uma região estratégica para o desenvolvimento de atividades econômicas, já que sua localização se dá próxima ao centro comercial (região onde se originou a cidade) e a antiga área industrial e portuária. Por esta razão, a região passou a atrair muitos residentes, sobretudo aqueles que vinham do interior do estado em busca de melhores condições de vida, tendo em vista a problemática da seca e o fracasso das políticas fundiárias implementadas naquela região.

Com o rápido aumento do contingente populacional na região e os problemas urbanos que surgiam daí, as manchetes expostas pelos meios de comunicação caracterizavam a imigração dos retirantes como um mal perigoso para a população, e chegaram a sugerir que o poder público deveria lidar com essas pessoas nos lugares onde elas já viviam, para que elas não se deslocassem até a capital:

O Correio do Ceará reforçava: “Os retirantes vêm vindo [...] É a seca em toda sua rudeza que traz aos nossos rumos esses infelizes, míseros destroços da catastrophe que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente” [...] (Rios, 2014, p.58).

Apesar dos esforços de uma parcela da população em conter essas migrações, esse movimento foi essencial para o surgimento do bairro Moura Brasil anos mais tarde, após a construção da Avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como Avenida Leste-Oeste. Esse processo de migração dos sertanejos para a capital cearense teve o seu auge durante a seca que ocorreu em 1932; muitas pessoas, ao tentar sair de suas cidades natal, ficavam retidas ou nas concentrações do interior ou nas concentrações de Fortaleza. A região onde se situa o referido bairro foi onde se localizou o “Campo de concentração do Urubu” ou “Campo do Urubu”, que abrangeu os atuais bairros Arraial Moura Brasil e Pirambu (Rios, 2014). Essa parcela da população ficava, em certa medida, isolada dos demais residentes de Fortaleza; além do isolamento, os que migravam do sertão eram submetidos a diversas regras: tinham horário para dormir, acordar e realizar as refeições. Tinham também que cumprir as normas higienistas propostas por médicos e sanitaristas, que visavam o controle de doenças e pragas; além disso, só poderiam sair daquele perímetro se fosse para trabalhar, sendo sempre escoltados por guardas durante o trajeto de ida e de volta. Os concentrados do Campo do Urubu (homens, mulheres e crianças), assim como em outros campos, eram utilizados como mão de obra não remunerada para obras de revitalização da cidade (especialmente as do bairro Centro devido à proximidade geográfica) e construção de ferrovias; os poucos que conseguiam trabalho eram pagos geralmente com comida, já que a fome que se fazia presente

no interior também fazia suas vítimas na capital (Rios, 2014). É importante ressaltar que estas pessoas muitas vezes apresentavam resistência, por entenderem que, como cidadãos, tinham direito a utilizar o território da cidade, assim como os demais residentes dali.

O Campo do Urubu, assim como as demais concentrações espalhadas pelo território cearense, foi desativado em 1933, quando o período chuvoso voltou a apresentar os níveis pluviométricos esperados para sustentar a vida das populações no interior do estado. Com isso, algumas pessoas retornaram para suas cidades de origem e muitas permaneceram no local ou nas proximidades do Curral, ampliando assim o número de marginalizados e consolidando a periferização nesta parte do território; durante esse período, muitas famílias foram retiradas do local através de “políticas públicas” de habitação e enviadas para onde atualmente se localiza o bairro Conjunto Palmeiras, que “recebeu” diversas comunidades marginais ao longo dos anos, sendo o bairro com a menor renda da capital no ano de 2012 (IPECE, 2012). Segundo o *Google Maps*, o bairro Conjunto Palmeiras se localiza a cerca de 18,5km do bairro Moura Brasil.

Apesar dessa nova tentativa de isolamento espacial da pobreza por parte da elite fortalezense - aliada aos governos estadual e municipal - um grande número de pessoas resistiu àquelas políticas públicas e permaneceu no local, passando a integrar grupos comunitários que anos depois se organizaria politicamente, a fim de reivindicar melhorias para a região, já que por um longo período, o lugar continuou sendo um dos mais pobres de Fortaleza, carecendo de todo tipo de infraestrutura e serviços básicos como educação, saúde, saneamento, dentre outros, para a população. Atualmente não existe no território do bairro Moura Brasil nenhuma estrutura que remete ao Campo do Urubu.

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil vivenciava um intenso processo de industrialização que exigia do território nacional a implementação de infraestruturas voltadas para a integração dos espaços, a fim de viabilizar e aprimorar os fluxos produtivos. Com isso, em meados de 1975, com o objetivo de conectar dois polos industriais cruciais da cidade, o Porto do Mucuripe e a Zona Industrial da Barra do Ceará, foi construída a Avenida Presidente Castelo Branco. Esta via, que atualmente possui cerca de 7,88 km de comprimento, conforme demonstrado no mapa 4, atravessava toda a extensão do bairro, que logo foi incorporado à malha urbana da cidade, passando a ser conhecido como Arraial Moura Brasil (ou simplesmente Moura Brasil). A criação da avenida demandou investimentos, tanto públicos quanto privados, fato que alterou a dinâmica espacial daquela área ao favorecer a mobilidade urbana também para os que ali residiam, fato que causou grande impacto também para as paisagens da região:

A mobilidade é uma necessidade e uma atividade humana fundamental. O transporte faz parte do ritmo diário da vida, contudo é um setor complexo em termos de uso do solo, empregos e funções. O transporte é também um fator de suma importância para a relação homem / meio ambiente e a distribuição espacial, assim como para o desenvolvimento de todas as outras formas de atividades econômicas e sociais. Deste modo, a construção de vias favorece a dinâmica e mobilidade urbanas, proporcionando significativas alterações na paisagem urbana e, por consequência, à medida que o solo se valoriza, há uma alteração também no que concerne ao seu uso e seus atores de produção e consumo. O estabelecimento de atividade comercial ao longo dos eixos viários se configura como um dos principais fatores desta mudança. Sua localização está ligada à possibilidade de maior e melhor acesso, de forma que se possa atender não só a população local de um determinado bairro ou região, como também as pessoas que transitam todos os dias por estas vias de circulação (Pinheiro, 2007, p.38).

Mapa 4 – Extensão da Avenida Presidente Castelo Branco



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no portal Forest-Gis (2021) e Google Maps (2024)

Para Sampaio e Lustosa (1973 apud Pinheiro, 2007), a abertura de novas vias de circulação, além de integrar diferentes partes do território, possibilita também outros tipos de investimentos, como a instalação de equipamentos públicos, obras de revitalização, dentre outros. Partindo desse entendimento, a construção da avenida Presidente Castelo Branco conectou parte da população periférica à zona central da cidade. Também levou a abertura de vias secundárias que integraram outros bairros da malha urbana de Fortaleza; além disso, melhorou as condições da praia da Leste, tornando possível a sua utilização para outros fins que não fosse o escoamento de esgoto.

Figura 4 - Avenida Presidente Castelo Branco em 1974



Fonte: Pinheiro, 2007

Contudo, Segundo Pinheiro (2007), houve uma divergência entre a visão da administração pública e a visão dos residentes da área influenciada pela construção da Avenida; enquanto para o poder público a obra como um todo possuía um caráter integrador, para a população, sua consolidação segregou diversas comunidades, ao fazer migrar para áreas mais afastadas todos aqueles que residiam na área cortada pela construção, fato que afastou, novamente, boa parte dessas pessoas da zona central da cidade, onde havia uma maior oferta de emprego, circulação de mercadorias e etc.:

A criação de conjuntos habitacionais na periferia da Capital cearense, como o Marechal Rondon e o Conjunto Palmeiras, foram frutos da ação planejada do Estado para a remoção paulatina da população pobre residente no Centro. Este processo de desfavelização foi tido pela Administração municipal como a maneira mais eficaz de sanar diferentes problemas, com a eliminação de zona de baixo meretrício e de pontos de concentração de marginais, estando inclusive prevista no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF (1972). O Plano admite como inevitável a remoção paulatina das favelas contíguas ao atual Centro, como as do Poço da Draga, Cinzas, Moura Brasil e as que se situam junto ao riacho Jacarecanga, em virtude do processo de valorização destas áreas e da necessidade de expansão física das atividades centrais e da extensão da via litorânea (PLANDIRF, 1972, p. 211 apud Pinheiro, 2007, p.43).

Muitos moradores conseguiram permanecer no bairro, chamando atenção das autoridades para a necessidade do implemento de melhorias na infraestrutura do local, que

objetivasse não só as vantagens econômicas para a cidade, mas também a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. De fato, o poder público direcionou alguns recursos para esta parte do território, como para a substituição dos materiais das casas, que eram de materiais não duráveis como palha e papelão e passaram a ser de alvenaria. Porém, para Pinheiro (2007), a maior parte das obras de melhorias de infraestruturas de habitação (e comércio popular) foram realizadas pelos próprios moradores; a autoconstrução neste bairro ainda é muito observada nos dias de hoje.

Em 1990, seguindo as orientações estabelecidas pelos planos diretores que segundo Pinheiro (2007) visavam a “desfavelização das áreas litorâneas, colocando-as como áreas de interesse econômico e desenvolvimento turístico” (p.45), o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), decidiu pela duplicação da via Presidente Castelo Branco, o que trouxe grande impacto para a população e reconfigurou a paisagem urbana novamente. Na mesma época, foi construída a ponte sobre o rio Ceará, que junto com a nova avenida passou a ligar Fortaleza à cidade de Caucaia (que atualmente integra a Região Metropolitana de Fortaleza), ao passo que facilitou o acesso e fomentou a atividade turística nas praias do litoral oeste do Ceará. Este fato, somado às reivindicações que ocorriam no Moura Brasil e no bairro vizinho, o Pirambu, foram sendo implementados uma série de equipamentos e serviços urbanos ao longo da avenida

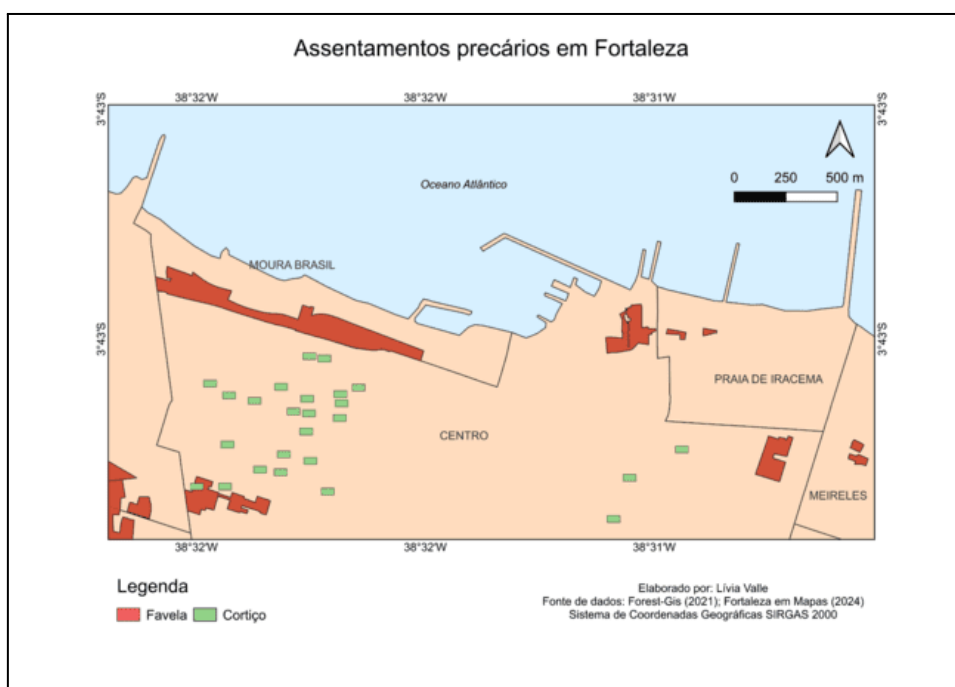
como o Instituto Médico Legal, Estação de Tratamento de Esgotos da CAGECE, Marina Park Hotel, Igrejas católicas (santa Edwiges, Casa Paroquial, Altar do Milênio), evangélicas, unidade do Corpo de Bombeiros, postos de gasolina, lojas de autopeças, bares, mercearias, açougues, dentre outros [...] (Pinheiro, 2007, p.46).

Tal fato atraiu comércio, serviços essenciais à população, polos de lazer, dentre outros. Contudo, a seletividade espacial que priorizou os fluxos econômicos fez com que os equipamentos ou serviços citados anteriormente estivessem localizados de forma concentrada no decorrer da Av. Presidente Castelo Branco, sendo esta área a que mais recebe investimentos em infraestrutura até os dias de hoje.

Apesar das desapropriações, o bairro ainda pode ser considerado densamente povoado, estando esta população concentrada ao sul em relação à Av. Presidente Castelo Branco. Segundo a plataforma digital Fortaleza em Mapas, toda a área residencial do bairro é classificada como assentamento precário do tipo favela, como mostra o mapa a seguir, possuindo um total de 106.768m², com um total de 1.104 residências. Observar que

frequentemente a favela retrata uma realidade particular no contexto das metrópoles brasileiras é crucial, pois ao considerar essa realidade, torna-se evidente que o poder público, ao executar ações nessas áreas, deve contemplar os diversos elementos distintivos que caracterizam o dia a dia das pessoas que estão nesses locais, como a carência de infraestruturas básicas como sistema de água e esgoto, problemas relacionados a habitação como risco de acidentes devido ao material utilizado nas construções ou a necessidade de regularização fundiária, desemprego, dificuldade no acesso aos sistemas de saúde e educação, dentre outras questões.

Mapa 5 – Assentamentos precários em Fortaleza



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no portal Forest-Gis (2021) e Fortaleza em Mapas (2024)

O bairro Moura Brasil também é onde se localiza uma das principais praias da cidade, a praia da Leste. A praia, porém, não integra o eixo turístico da cidade, sendo utilizada sobretudo pela população local para a realização de atividades de lazer, prática de esportes (especialmente o surfe) e para a pesca de subsistência. Historicamente, a praia da Leste tem sido negligenciada pelas autoridades competentes, com investimentos públicos praticamente inexistentes no local, como regularidade de limpeza da orla, subsídios para a construção e manutenção de barracas, iluminação adequada, incentivos para a realização de eventos culturais, dentre outros. Na realidade, são os moradores que têm sido os principais agentes impulsionadores das mudanças neste trecho do território; as barracas de praia e as escolinhas

de surfe foram e são erguidas pelos próprios frequentadores do local, proporcionando renda e oportunidades de trabalho para si mesmos e para outros residentes do Moura Brasil e imediações. Essas iniciativas populares têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Já o processo de uso e ocupação do bairro Praia de Iracema se deu inicialmente por pescadores da região e suas famílias; “na época, a imagem do lugar era completamente diferente da atual, o mar era repleto de jangadas e as casas (moradias dos pescadores) existentes na praia eram de palha” (Evangelista, 2013, p.108). Em meados de 1928 foi inaugurada a Ponte Metálica, que tinha como objetivo o embarque e o desembarque de pessoas e mercadorias. A criação da ponte reconfigurou não só a área litorânea do bairro como todo o território em seu entorno, com a instauração de uma capitania dos portos, a construção de uma alfândega (onde hoje se localiza a Caixa Cultural, importante patrimônio cultural da cidade) e também de diversos armazéns, cujas estruturas foram refuncionalizadas para servirem a outros interesses ao longo dos anos; atualmente, a maioria dessas estruturas funcionam como boates, que concentradas no território configuram um dos principais pontos de encontro de jovens e adultos que buscam por diversão noturna. Nos dias de hoje, a Ponte, a Caixa Cultural e os armazéns, se apresentam como o que Milton Santos (2006) chamou de rugosidades no território; estruturas que “trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (...), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (Santos, 2006, p.92).

Por possuir um clima tropical, com incidência do sol boa parte do ano, como mostra o quadro a seguir, o litoral da cidade de Fortaleza propiciou uma cultura “em que a amenidade provocada pelas brisas marinhas é considerada medida terapêutica” (Corrêa, 1995 apud Evangelista, 2013, p. 54). Com isso, o litoral do bairro Praia de Iracema começou a ser utilizado tanto para “tratamentos médicos” como para lazer; entretanto nem todos podiam usufruir desse privilégio:

Fato que deve ser citado é que, na década de 1940, o banho de mar ainda era uma exceção, somente uma pequena elite econômica da cidade tinha o privilégio de poder ir à praia, ou seja, esta prática social era algo inacessível para a maioria da população. O poder estabelecido exercia um forte controle no uso desse espaço, os menos favorecidos eram excluídos das atividades recreativas, eram discriminados, não podiam se misturar com esse segmento social [...] existia uma relação entre o poder estabelecido na sociedade e o usuário das atividades recreativas, sendo o controle realizado pelos setores policiais, bastante rígidos com os pobres. As regras que norteavam a decência e o moralismo deveriam ser cumpridas, principalmente pelas pessoas de classe subalterna (Escóssia, 2000 apud Evangelista, 2013, p.58).

Quadro 1 - Aspectos climáticos de Fortaleza

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura média (°C)	Período chuvoso
Tropical Quente Sub-úmido	1338,0	26° a 28°	janeiro a maio

Fonte: IPECE, 2017

Essas mudanças de uso da região litorânea do bairro provocaram a mudança das classes mais ricas para o entorno da praia; este processo, somado a falta de um planejamento urbano adequado que levasse em consideração as demandas populares no geral levou a um intenso processo de especulação imobiliária na região e a conseqüente expulsão de parte dos moradores locais (em sua maioria pescadores, que dependiam desta atividade para o seu sustento) para áreas mais afastadas. Até então, a praia de Iracema se chamava “Praia do Peixe”, devido a alusão aos peixes frescos recém pescados e vendidos no local pelos moradores (Sousa, 2007 apud Evangelista, 2013); após a apropriação do lugar pelas elites, os novos moradores, amparados pela imprensa local, fizeram uma campanha (bem sucedida) para mudar o nome da praia para a sua denominação atual em homenagem a personagem do romance de José de Alencar.

Com o aumento do uso da praia como local de lazer e com o surgimento desta nova racionalidade do espaço, a praia passou a ser transformada em produto de consumo, sobretudo pela elite. Um exemplo deste tipo de uso do território é o atual Estoril, estrutura tombada em 1992, que inicialmente foi cedida pela família Porto para ser utilizada como clube de veraneio para os soldados estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial. Após a desativação do cassino, o Estoril passou a ostentar um caráter boêmio ao atrair artistas, intelectuais, universitários, músicos, dentre outros grupos que viam no bairro um espaço de lazer, entreterimento e compartilhamento de ideias:

A existência de inúmeros bares e restaurantes no espaço da praia de Iracema, associada a uma dinâmica vida noturna, cujos frequentadores eram, na sua maioria, intelectuais, artistas, políticos, criou, inevitavelmente, uma representação social de lugar de boemia (Evangelista, 2013, p.112).

A respeito da consolidação de um Porto na Praia de Iracema, tal projeto não se concretizou devido a uma combinação de problemas estruturais e impasses políticos:

A Ponte Metálica tinha escada móvel para subida e descida de passageiros, a qual não oferecia a menor segurança, e guindastes para as cargas de mercadorias. O cais não era acostável, os navios ficavam ao largo, enquanto lanchas, botes e alvarengas faziam o percurso entre eles e a ponte (Evangelista, 2013, p.63).

Desde o século XVII, a ponta do Mucuripe foi considerado como um local com potencial para se tornar um porto. No entanto, a decisão nunca foi unânime, com muitos representantes do poder público preferindo a construção da estrutura na Praia de Iracema, devido à sua localização privilegiada em relação à oferta de bens e serviços e ao mercado consumidor. Após a desativação da Ponte Metálica pelos motivos citados anteriormente, uma grande parte dos dirigentes e da população passou a apoiar a instalação do Porto no Mucuripe, o que gerou oposição daqueles que argumentavam que a Praia de Iracema já possuía parte da infraestrutura necessária, o que resultaria em menores gastos públicos. Entretanto, em 1938, por meio do Decreto Federal nº544, foi autorizada a construção do Porto do Mucuripe, que continua operando até os dias de hoje.

As obras do novo porto, porém, acabaram gerando algumas consequências negativas para a Praia de Iracema; ao alterar o movimento das correntes marinhas, o mar acabou avançando para além dos seus limites habituais, fato que destruiu diversas casas que se localizavam a beira mar, especialmente os bangalôs de luxo das famílias mais ricas, que foram construídos à beira-mar; também reduziu consideravelmente a faixa de praia, fazendo com que alguns moradores, especialmente os pescadores, se deslocassem para outras praias, como o Poço da Draga e o Mucuripe. Também houve um intenso processo de erosão costeira, processo este que perdura até os dias de hoje. O processo de erosão levou a reconstrução da Praia de Iracema por parte da Prefeitura na época, produzindo-se um aterramento de 1.500.000 m³ (Evangelista, 2013).

Após a construção do Porto do Mucuripe, a erosão costeira afastou parte da população mais rica do local para bairros adjacentes como o Meireles, que por este motivo passou a integrar o recém formado eixo turístico da cidade. Com isso, o bairro Praia de Iracema sofreu uma desvalorização, fato que pôde ser observado na sua paisagem, que passou a ostentar prédios e casas antigas que abrigavam velhos moradores, vias sem iluminação adequada, dentre outros elementos que, juntos, fizeram com que o valor dos aluguéis, tanto dos prédios e casas como dos antigos armazéns (ou galpões) que serviam a Ponte Metálica, caíssem bastante. Os galpões passaram a ser utilizados como bares e restaurantes, ou ocupados por artistas plásticos locais, que utilizavam os espaços para venderem suas obras. Durante a Ditadura Militar, por exemplo, os galpões e o Estoril serviram como local de debates políticos entre integrantes da esquerda, tendo sido alvos constantes das forças coercitivas do Estado. Esses diferentes usos foram se dando até o ano de 1990, quando o bairro passou por sua primeira requalificação que pretendeu, de uma vez por todas, incluir o bairro e o seu litoral no

circuito do turismo de Fortaleza:

A partir de 1940, essa área litorânea de Fortaleza se consolidou como espaço de lazer e bairro residencial da elite cearense. Progressivamente, foi se firmando como lugar de veraneio e de referência da cultura litorânea. Na década de 1980, o bairro Praia de Iracema começou a se tornar objeto de interesse da especulação imobiliária e dos investimentos em lazer e entretenimento. Desse modo, ao longo do seu processo histórico, o bairro passou por diferentes ocupações, tipificadas pelas características dos seus frequentadores, que foram interferindo na funcionalidade do espaço e criando diferentes territorialidades, tais como: território de resistência política, território underground, território da boemia (Evangelista, 2013, p.24).

Se em um primeiro momento, a praia de Iracema serviu para o consumo da elite local, as requalificações que se sucederam neste bairro deixaram claro que o intenso processo de seletividade espacial implementado pelos gestores, agora atuava na inclusão do bairro no sistema de mercado capitalista através do turismo, já que as características do lugar podiam ser tidas como grandes atrativos para este setor na cidade. A partir de então, o bairro Praia de Iracema começou a ser pensado através da lógica da exploração econômica das paisagens e da cultura popular. Nas palavras de Dantas (2002):

A essa racionalidade, adapta-se o município de Fortaleza, cuja administração municipal realiza a urbanização das zonas de praia da capital segundo demanda da indústria turística. Ao buscar a intervenção pública criar lugares turísticos, investe na construção de calçadões, principalmente os situados na zona leste e praia de Iracema, e na adaptação das vias de circulação da cidade ao sistema viário litorâneo consolidado pelo estado (ampliação de vias e construção da ponte do rio Ceará) e, além da consolidação de equipamentos turísticos (como o novo Mercado Central), executa trabalhos públicos para tornar a cidade mais agradável aos visitantes. As políticas públicas adotadas, seja pelo governo do Ceará, seja pela municipalidade, tentando adaptar a capital à nova racionalidade, em parceria com políticas privadas, suscitam forte aumento do fluxo turístico dirigido para o estado, principalmente para Fortaleza, que se torna centro de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos. Assiste-se ao sucesso da política de desenvolvimento do turismo, atividade de caráter nacional com forte participação regional, tendo em vista, porém, a inserção no mercado turístico internacional (Dantas, 2009, p.67).

Segundo Evangelista (2013), durante o processo de requalificação, o território do bairro foi transformado, com novas formas sendo introduzidas e outras sendo refuncionalizadas. Por exemplo, edifícios com mais de dez pavimentos agora faziam parte da paisagem urbana do bairro; além disso, diversos estabelecimentos, como restaurantes e hotéis, foram construídos, muitos deles ocupando os antigos galpões que antes abrigavam galerias de arte dos moradores. Essas iniciativas foram direcionadas por duas principais demandas: uma relacionada às elites locais que permaneciam no bairro e outra proveniente do setor turístico. Essa abordagem, no entanto, acabou excluindo as necessidades dos moradores de baixa renda

que permaneceram no bairro, muitos dos quais tiveram que construir suas moradias em áreas com pouca ou nenhuma estrutura, resultando na formação de áreas com pouca infraestrutura, sendo parte delas classificadas hoje em dia como áreas de assentamento precário do tipo favela na plataforma oficial da prefeitura Fortaleza em Mapas. Grande parte desses moradores, no entanto, passou a residir fora dos limites do bairro Praia de Iracema, na porção do bairro Centro que fica entre este bairro e o bairro Moura Brasil, onde atualmente se localiza a comunidade do Poço da Draga. É importante salientar que esta requalificação se deu de forma repentina, não tendo sido elaborado nenhum planejamento urbano prévio que incluísse as demandas da comunidade. Esse processo revelou conflitos de interesses entre o poder público, que buscava a inserção da cidade no contexto da globalização, fornecendo incentivos para que empresários se estabelecessem na região, setores privados da economia e a população local, que buscava preservar seu patrimônio, fosse ele material ou imaterial. Para Bezerra (2009 apud Evangelista, 2013), neste período foi criada a Associação de Moradores da Praia de Iracema, a AMPI, que lutava pela preservação do local, pelo “combate à abertura irregular de estabelecimentos comerciais; à poluição sonora; ao desordenamento do trânsito e à especulação imobiliária” (p.113). Apesar dos protestos realizados por esta parcela da população e das constantes denúncias de jornalistas que eram críticos ao projeto de desenvolvimento da forma como ele se deu, devido à falta de adesão por parte da classe política e da esfera privada, o processo de ocupação da Praia de Iracema continuou se dando de forma desordenada. Outra consequência foi a saída de grande parte dos moradores de classe média ou classe média alta que ainda permaneciam residindo no bairro, movimento que se deu devido a “intensificação da movimentação de visitantes e novos usuários” (Schramm, 2001 apud Evangelista, 2013, p.75).

Para Evangelista (2013), “o lugar foi modificado para atender as demandas do turismo” (p.72), tendo a cultura popular e as belas paisagens praianas como os maiores objetos de consumo, processo que foi amplamente incentivado pela esfera privada, que lucrou sobretudo através da especulação imobiliária que, no caso da Praia de Iracema, incorpora ainda o sobrelucro da renda de monopólio, decorrente do caráter histórico cultural singular deste espaço em relação ao restante da cidade. Para a autora, a especulação, “ao mercantilizar o espaço, acaba possibilitando intervenções que não levam em consideração a cultura, a história, os valores da comunidade” (p.74).

Como resultado de uma política desenvolvimentista de seletividade espacial a serviço do capital, que excluiu as demandas populares das agendas de requalificação (que neste caso foram apresentadas de forma concisa e organizada pela AMPI) e que quase sempre visou

apenas embelezamento ou a reestruturação física dos espaços, o bairro da Praia de Iracema foi se descaracterizando com o passar dos anos, sendo seus usos modificados. Alguns galpões, por exemplo, passaram a ser utilizados em prol do turismo sexual, que passou a atrair muitos homens estrangeiros, principalmente europeus. Esta alteração significativa no uso desses espaços afastou ainda mais a população que ali residia, modificando mais uma vez a paisagem urbana do lugar, que agora não mais agradava os antigos visitantes. Com isso, o bairro passou a receber ainda menos investimentos da gestão pública. Outro fato que gerou implicações negativas para o território da Praia de Iracema foi a concorrência política entre os governos municipal e estadual, que muitas vezes ocasionou a consolidação de projetos contraditórios e desconexos entre si e em relação à realidade do local.

Para Castro (2002), a paisagem é mais do que apenas a configuração física do espaço geográfico. Ela também incorpora o imaginário social, ou seja, as percepções, sentimentos e significados que as pessoas atribuem ao ambiente ao seu redor:

A paisagem então se revela uma ligação essencial entre a geografia e o imaginário social, uma articulação entre a imaginação e o espaço, pois o imaginário reporta-se aos objetos geográficos e reflete, embora transformando, as relações que o homem estabelece com o espaço, criando uma materialidade para a memória coletiva e fundando o que podemos chamar de imaginário geográfico (Castro, 2002, p.124 apud Evangelista, 2013, p. 119).

Esse "imaginário geográfico", combinado com a pressão da opinião pública e o desejo de transformar a Praia de Iracema em um centro turístico de destaque no Ceará a fim atrair capital estrangeiro para o estado, desempenhou um papel significativo na motivação do poder público, em colaboração com empresas e instituições privadas, para investir em mais uma série de projetos de requalificação. Esses projetos foram executados ao longo das últimas décadas, desde os anos 2000 até os dias atuais. Vale salientar que as gestões municipal e estadual justificam estes projetos como sendo necessários para o benefício não só dos turistas, mas sobretudo da população de Fortaleza e dos moradores da Praia de Iracema. Para Rommel Ramalho (2012 apud Evangelista, 2013), para isso foi cessada a emissão de alvarás para novos estabelecimentos e alguns imóveis foram desapropriados, ficando disponíveis para aluguel por empresas que possuíssem um papel social e cultural relevante perante a sociedade.

De fato, muitos dos projetos de intervenção urbanística no bairro beneficiaram a população da cidade de Fortaleza e os moradores locais ao construir infraestruturas modernas e gerar oportunidades de trabalho, mas para Costa (2005 apud Evangelista, 2013), áreas que foram selecionadas pelo seu “potencial turístico” sofrem um intenso processo de “ampliação

das desigualdades e a segregação socioespacial”, que podem ser percebidas em um primeiro momento nas paisagens que se apresentam como contraditórias. Além disso, por se caracterizarem como uma espécie de mercadoria, esses lugares ficam sujeitos a desvalorizações repentinas, tanto por parte do mercado como por parte da gestão, resultando em sucessivas reconfigurações do espaço e também da paisagem, que em algum momento acaba impactando negativamente a vida da comunidade local e de quem faz uso desses espaços.

4.4. PLANO DIRETOR DE FORTALEZA E O PLANO FORTALEZA 2040

Apesar da problemática socioespacial presente na cidade de Fortaleza em decorrência da disputa por espaço pelos diferentes agentes e classes sociais que fazem uso de seu território e do processo histórico de seletividade espacial presente na cidade, a partir de 1960, Fortaleza passou a contar com diferentes mecanismos de planejamento urbano, como mostra o quadro a seguir. É importante salientar que em 2012 foi instituído, através da Lei Complementar nº 0106, o Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza (IPLANFOR), que passou a ser responsável por diversas ações de planejamento territorial desde a sua criação.

Quadro 2 - Mecanismos de planejamento da cidade de Fortaleza:

Mecanismo	Ano de Publicação	Principais Objetivos	Legislação correspondente
Plano Diretor da Cidade de Fortaleza (PDCF)	1963	Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade	Lei Municipal nº 2.128/1963
Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF)	1972	Integrar a gestão urbana em seus múltiplos aspectos	Não foi implementado por Lei
Plano Diretor Físico do Município de Fortaleza	1975	Elaborar um plano viário, incluindo a definição de hierarquias e a expansão das vias	Lei Municipal nº 4.486/1975
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDUFOR)	1992	Diagnosticar o município e estabelecer uma organização físico-territorial	Lei ordinária nº 7.061/1992
Plano Diretor Participativo (PDP)	2009	Assegurar que as funções sociais sejam plenamente desenvolvidas e que o bem-estar dos habitantes seja garantido	Lei Complementar nº 062/2009

Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza (IPLANFOR)	2012	Planejar e executar ações para o território de Fortaleza	Lei Complementar nº 0106/2012
--	------	--	-------------------------------

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no Plano Diretor de Fortaleza, <https://planodiretor.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 25 de março de 2024.

Fato é que, com exceção do último Plano Diretor, os demais mecanismos de regulação não foram elaborados com a participação popular, o que fez com que as demandas sociais no território fossem, de certa forma, deixadas de lado. Segundo o Plano Participativo (2014):

No mais das vezes, mera letra fria e morta, os planos urbanísticos de Fortaleza têm operado mais propriamente como pactos entre o capital e o poder público municipal, sendo obedecidos apenas em pouquíssimos lugares da cidade, exatamente aqueles onde vinga mais intensamente a especulação imobiliária (Fortaleza, 2014, p.36).

É importante pontuar que em 2001, o Governo Federal publicou o Estatuto da Cidade, instituído através da Lei Federal nº 10257/2001, que em seu artigo 41, inciso I, obrigou que as cidades com mais de 20.000 habitantes instituíssem um plano diretor. No seu inciso II, o mesmo artigo prevê a obrigatoriedade do instrumento também para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (Presidência da República, 2001). Segundo o texto Constitucional, o Plano Diretor é um instrumento fundamental para orientar o desenvolvimento urbano das cidades. Sua principal função é organizar o crescimento e desenvolvimento urbano de forma a promover o bem-estar de seus habitantes. O Plano Diretor aborda diversos aspectos, tais como “socioeconômicos, ambientais, culturais e físico-territoriais” (Fortaleza, 2024). Considerado uma das leis mais importantes em nível municipal, é de extrema importância que a sua elaboração se dê através da participação ativa de toda a comunidade.

Em Fortaleza, o Plano Diretor Participativo de 2009 ainda se encontra em vigor, porém, atualmente está em processo de revisão, já que o Estatuto da Cidade prevê que “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (Presidência de República, 2001). Algumas das medidas realizadas pelo Plano vigente a fim de viabilizar uma melhor gestão das formas de uso e ocupação do território da cidade, foi o macrozoneamento da cidade em Macrozona de Proteção Ambiental e Macrozona de Ocupação Urbana, os zoneamentos ambiental e urbano, e a instituição das Zonas Especiais e das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo as definições de uso e ocupação detalhadas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação nº 236 de 2017 (Fortaleza, 2024). Além disso, o atual Plano prevê que as Políticas Públicas adotadas ocorram de forma a contemplar os seguintes eixos

temáticos: Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Governança e Meio Ambiente. Além disso, o Plano orienta a formulação do PPA de Fortaleza, da LDO, da LOA e dos planos gerais de governo. Segundo o portal do Plano Diretor de Fortaleza, o Plano objetiva

o planejamento participativo, a regulação da atuação do poder público, os compromissos da iniciativa privada e o envolvimento da sociedade, com o objetivo de implementar integralmente a função social da propriedade e rever a adequação da estruturação urbana e das formas de uso, considerando o ambiente natural e o construído, que estão relacionados com a realidade social, cultural e econômica do município (Fortaleza, 2024).

Segundo o Professor de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) José Borzacchiello da Silva, a participação da população nos projetos de planejamento territorial brasileiros só foi possível graças aos movimentos populares que ganharam força e visibilidade durante o período da Ditadura Militar, quando o povo passou a exigir dos que estavam no poder a possibilidade de participação nas tomadas de decisão que afetam diretamente o seu cotidiano. Para ele, “os movimentos sociais e a participação popular foram e são fundamentais no processo de redemocratização do país pela busca de justiça social”. (Fortaleza, 2014, p.40). Contudo, este é um processo ainda em andamento, que carece de mecanismos práticos de ação e de execução realmente eficazes. De fato, a fase de revisão em que o Plano Diretor de 2009 se encontra agora tem possibilitado uma participação mais ativa da população nas decisões relacionadas ao uso e ocupação do território de Fortaleza.

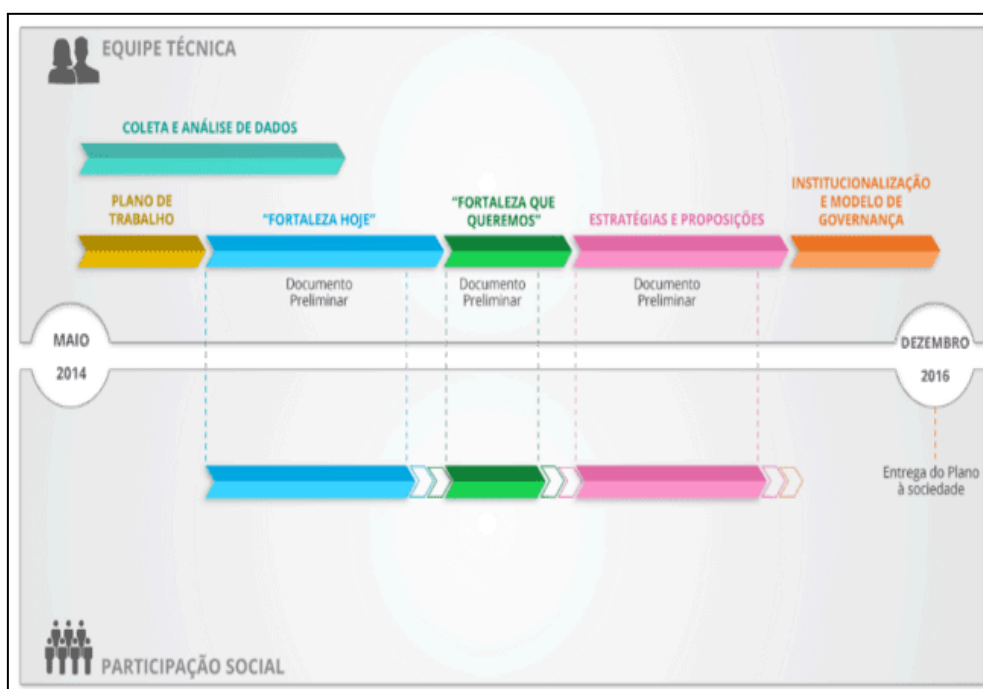
O Plano Fortaleza 2040, instituído pelo PDP de 2009 e que busca coordenar o processo de uso e ocupação do território da cidade até o ano de 2040, foi implementado com este propósito. Desenvolvido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Plano é um instrumento que visa orientar o desenvolvimento da cidade estabelecendo mecanismos que possibilitam a participação cidadã em diversos setores que abrangem tanto a esfera espacial como a social, tais como infraestrutura urbana, transporte, habitação, meio ambiente, economia, educação, saúde, cultura e lazer. O Plano Fortaleza 2040 é subdividido em três principais eixos: o Plano Mestre Urbanístico, o Plano de Mobilidade e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, que, segundo a Prefeitura foram planejados de forma integrada, levando em conta não só o território de Fortaleza, mas de toda a sua Região Metropolitana. (Fortaleza, 2014). Conforme consta no Portal Oficial do Plano, sua execução técnica ficou a cargo da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), que é uma

“entidade de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia financeira e administrativa”, que funciona como fundação de apoio a Universidade Federal do Ceará (UFC) nos termos da Lei N° 8.958/01 (FCPC, 2024). O projeto tem como objetivo principal

a transformação de Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora; o incremento da oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados; e a obtenção de controle eficiente do seu crescimento econômico. Sua concepção se deu diante da necessidade de dotar Fortaleza de um plano de longo prazo, que estabeleça uma visão de futuro, aponte estratégias na superação dos desafios e detalhe um conjunto de ações, metas, responsabilidades e custos no seu alcance, sem descuidar de propor o seu modelo de gestão e governança, condição essencial para que se consolide como um plano de estado a ser adotado por sucessivas gestões da Cidade até a sua consecução. Para tanto, encontra-se estruturado em seis módulos de quatro anos, coincidindo com o cronograma das seis próximas gestões do Executivo Municipal: 2017-2020, 2021-2024, 2025-2028, 2029-2032, 2033-2036 e 2037-2040. (Fortaleza, 2024).

O projeto foi organizado para ser entregue em 2016, após seguir algumas etapas, como mostra a figura a seguir:

Figura 5 - Fases do Projeto Fortaleza 2040



Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/fases-do-projeto>. Acesso em: 27 mar. 2024.

O Projeto previu a participação popular através dos Fóruns Temáticos, Fóruns Setoriais e Fóruns Territoriais, que constituíram um Projeto Participativo que consiste em quatro fases, das quais duas já foram concluídas. A primeira etapa consistiu na participação

cidadã através dos encontros temáticos, que ocorreram por toda a cidade. Os resultados, que podem ser observados na plataforma do Mapa Colaborativo na aba “Fóruns Territoriais, Etapa 1”, revelaram um total de 186 sugestões realizadas durante os encontros temáticos, distribuídas entre os seis diferentes eixos. Sobre esta primeira etapa, a Prefeitura de Fortaleza afirmou que houve a

leitura da realidade local e da capacidade propositiva dos fóruns territoriais, além da capacidade de diálogo e de pactuação no processo de elaboração do Plano. Análise do PDPFor 2009 para a avaliação da implementação e dos padrões de urbanização resultantes da aplicação da legislação urbanística (FORTALEZA, 2024).

Sobre as sugestões apresentadas pela população, no eixo Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação, foram registradas 38 sugestões, com uma forte concentração no bairro Praia de Iracema. O eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável recebeu 31 sugestões, especialmente centradas no setor turístico. Já o eixo Desenvolvimento Social contou com 26 sugestões, destacando-se nas periferias urbanas, principalmente nos conjuntos habitacionais. Para o eixo Desenvolvimento Urbano, foram apresentadas 20 sugestões, com concentração no eixo turístico e nas áreas nobres da cidade. A Governança, por sua vez, recebeu 27 sugestões, concentradas nas regiões litorâneas. Já no eixo Meio Ambiente, foram feitas 44 sugestões, as quais se distribuíram de forma equitativa pelo território. O quadro a seguir apresenta estas informações de forma mais clara:

Quadro 3 - Participação cidadã nos encontros temáticos:

Eixo Temático	Total de Sugestões	Áreas de Concentração
Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação	38	Bairro Praia de Iracema
Desenvolvimento Econômico Sustentável	31	Eixo Turístico
Desenvolvimento Social	26	Periferias urbanas, conjuntos Habitacionais
Desenvolvimento Urbano	20	Eixo Turísticos, Áreas nobres
Governança	27	Áreas litorâneas
Meio Ambiente	44	Distribuição espacialmente equitativa
Total	186	

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no Plano Diretor de Fortaleza, <https://mapapdpfor.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 26 de março de 2024.

Já a segunda etapa se deu através da participação cidadã nos encontros regionais que, segundo a Prefeitura, ocorreram presencialmente nos 39 territórios da cidade, havendo a

Leitura da Cidade Temática e Territorial participativa, para construção coletiva do Diagnóstico Propositivo, utilizando como base para as discussões os resultados obtidos na Análise do PDPFor 2009, mapas dos territórios e cadernos de trabalho produzidos pelas Comissões Técnicas (Fortaleza, 2024)

Nesta fase os dados revelaram que houve um total de 331 sugestões, que contaram com uma maior elaboração em relação às da primeira etapa, sendo 55 no eixo Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação, 121 no eixo desenvolvimento social, 56 no eixo desenvolvimento urbano, e 99 no eixo de Meio Ambiente. O quadro a seguir apresenta esses dados de forma detalhada. A população também pôde participar dos fóruns através de transmissões ao vivo, realizando suas sugestões através de links fornecidos durante os encontros. Nestas ocasiões, diferentes atores sociais puderam discutir os principais problemas e potencialidades de cada território. A agenda com a data, a hora e o local dos onde ocorreram os fóruns territoriais foi divulgada através do Portal da Prefeitura e da plataforma do Plano Diretor Participativo.

Quadro 4 - Participação cidadã nos encontros regionais:

Eixo Temático	Total de Sugestões	Áreas de Concentração
Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação	55	Litoral oeste e porção centro-oeste da cidade
Desenvolvimento Econômico Sustentável	0	Não houve
Desenvolvimento Social	121	Periferias urbanas, conjuntos Habitacionais
Desenvolvimento Urbano	56	Porções sudoeste e nordeste da cidade
Governança	0	Não houve
Meio Ambiente	99	Litoral oeste e porções sudoeste e nordeste da cidade
Total	331	

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no Plano Diretor de Fortaleza, <https://mapapdpfor.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 26 de março de 2024.

Além dos fóruns, a participação coletiva no planejamento urbano foi ampliada através

da entrega do Mapa Colaborativo, plataforma que possibilitou uma interação rápida e dinâmica entre a população e os gestores municipais:

A Prefeitura de Fortaleza, por meio do Instituto de Planejamento (Iplanfor), entrega o Mapa Colaborativo do Plano Diretor à Cidade com o objetivo de facilitar o registro das propostas dos cidadãos de forma georreferenciada na construção do Plano Diretor Participativo (PDP), permitindo também uma moderação, para que o planejamento do município atenda às necessidades coletivas de toda a população. A ferramenta está disponível para navegação no site do PDP e faz parte da segunda etapa dele. A plataforma é inspirada no mapa colaborativo da plataforma Fortaleza 2040 e possui tecnologia da ferramenta Fortaleza em Mapas (Fortaleza, 2024).

Esta ferramenta auxiliar representa um avanço no que se diz respeito à possibilidade da participação coletiva nas tomadas de decisão dos espaços vividos e frequentados da cidade, pois permite a participação da comunidade de forma remota e instantânea. A elaboração das sugestões se deu através dos mesmos eixos temáticos presentes no PDP. A participação popular através da plataforma gerou 412 propostas, com a distribuição por eixos temáticos se dando de maneira irregular, sem obedecer a padrões espaciais específicos. No eixo da Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação, foram propostas 12 ideias; o eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável recebeu 27 propostas. Enquanto isso, o eixo do Desenvolvimento Social angariou 52 propostas. O Desenvolvimento Urbano registrou o maior número de contribuições, com 273 propostas, destacando-se como a área mais participativa. Em relação à Governança, foram oferecidas 10 propostas, e para o tema do Meio Ambiente, foram apresentadas 38. Nesta etapa não houve uma concentração significativa de participação em nenhum dos eixos temáticos. As informações contidas neste parágrafo foram sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 5 - Sugestões resultantes do Mapa Colaborativo:

Eixo Temático	Total de Propostas	Áreas de Concentração
Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação	12	Distribuição espacialmente equitativa
Desenvolvimento Econômico Sustentável	27	Distribuição espacialmente equitativa
Desenvolvimento Social	52	Distribuição espacialmente equitativa
Desenvolvimento Urbano	273	Distribuição espacialmente equitativa
Governança	10	Distribuição espacialmente

		equitativa
Meio Ambiente	38	Distribuição espacialmente equitativa
Total	412	

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no Plano Diretor de Fortaleza, <https://mapapdpfor.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 26 de março de 2024.

Na primeira etapa dos fóruns territoriais, a dos encontros temáticos, apenas duas sugestões partiram dos moradores e frequentadores do bairro Moura Brasil, ambas no eixo Governança: uma defendeu a criação de fóruns e conselhos gestores das ZEIS, enquanto a outra abordou a importância da regularização fundiária através do PIRF (Plano Integrado de Regularização Fundiária).

O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Moura Brasil (FORTALEZA, 2020).

Em relação às propostas da comunidade da Praia de Iracema, foram contabilizadas oito sugestões. No eixo Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação, foram realizadas quatro sugestões: criar um laboratório de inovação em Fortaleza, realizar investimentos no setor de mobilidade urbana, e outras duas propostas que exigem esclarecimento adicional. Quanto ao Desenvolvimento Econômico Sustentável, houve uma sugestão sobre o combate à informalidade econômica, cuja intenção precisa ser elucidada. No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, foi sugerido incluir as comunidades tradicionais nos planos de desenvolvimento territorial. Já no eixo de Meio Ambiente, uma sugestão focou na construção de mais aterros e espigões, enquanto outra destacou a necessidade de obter o selo Praia Limpa, um reconhecimento estadual de qualidade ambiental para praias.

Já na segunda etapa, a dos encontros regionais, o bairro Moura Brasil apresentou à gestão municipal oito sugestões, seis no eixo de Desenvolvimento Social e duas no eixo de Meio Ambiente. As sugestões para o primeiro eixo foram: a realização de uma horta comunitária, a preservação de terreiros no Bom Jardim e outros bairros, a marcação de “chacina” na área do mapa referente ao Moura Brasil, o qual o motivo precisa ser elucidado, fomento a Associação Cultural e Educacional Afro Brasileira Maracatu Nação Iracema e o combate à especulação imobiliária nas ZEIS. Já para o segundo eixo foi sugerida a

Implementação dos PIRFs e a regulamentação das ZEIS. As informações referentes à participação do bairro Praia de Iracema nesta etapa não puderam ser visualizadas, devido a um erro presente na plataforma utilizada para a coleta de dados.

Em relação à participação popular através da ferramenta do Mapa Colaborativo, os bairros em análise apresentaram uma redução significativa no número de propostas, de forma que o Moura Brasil apresentou apenas uma proposta, enquanto a Praia de Iracema contribuiu com apenas duas. Contudo, por ser uma ferramenta digital, a plataforma permitiu uma melhor elaboração das ideias propostas, como consta no quadro a seguir:

Quadro 6 - Propostas da comunidade do Moura Brasil e Praia de Iracema na plataforma Fortaleza em Mapas:

Bairro	Total de Propostas	Propostas	Eixo Temático Contemplado
Moura Brasil	1	Programa de venda de água de reúso: Promover a venda de efluente tratado para uso industrial diminuindo-se portanto o impacto ambiental e aumentando a capacidade industrial do município.	Desenvolvimento Econômico Sustentável
Praia de Iracema	2	Mercado Cultural do Poço da Draga: Construção de Mercado Cultural do Poço da Draga e revitalização urbana da comunidade. O objetivo é aumentar o potencial turístico da região, gerando emprego e renda para os moradores locais.	Cultura, Patrimônio, Educação, Pesquisa e Inovação
		Operações Urbanas Consorciadas: O município deve avançar nas diretrizes e na definição das áreas urbanas adequadas às Operações Urbanas Consorciadas. Numa cidade desigual como a nossa são muitas as zonas urbanas e ambientais que podem e devem ser recuperadas e qualificadas a partir de associações com o capital privado disponível no município.	Desenvolvimento Urbano

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no Plano Diretor de Fortaleza, <https://mapapdpfor.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 26 de março de 2024.

No momento da realização deste trabalho, a participação no Plano Diretor através dos fóruns e do mapa colaborativo encontra-se temporariamente encerrada e o projeto se encaminha para a terceira etapa, onde as sugestões e propostas realizadas nas etapas anteriores serão organizadas e consolidadas. A quarta fase consistirá “em uma grande conferência para

validação da minuta de lei que será encaminhada à Câmara Municipal para o início do processo legislativo. É a Câmara que aprova ou não o texto final da revisão” (Fortaleza, 2024).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. ANÁLISE DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS

Em relação aos bairros analisados, foi realizado um estudo comparativo de dados fornecidos pelo IBGE em 2010, os quais estão disponíveis na plataforma digital oficial da Prefeitura, o Fortaleza em Mapas. Também foram analisados dados do IPECE e da plataforma Fortaleza 2040.

Inicialmente, a fim de entender um pouco melhor sobre o perfil demográfico das pessoas que vivem nas regiões abordadas, bem como algumas de suas demandas, realizou-se uma análise dos dados demográficos dos dois bairros em estudo. Nesta etapa obteve-se os seguintes resultados: a população residente na Praia de Iracema é de 3.130, enquanto no Moura Brasil é de 3.765. Em termos de gênero, na Praia de Iracema, há 1.437 homens e 1.693 mulheres, enquanto no Moura Brasil, são 1.796 homens e 1.969 mulheres. A razão de dependência de jovens na Praia de Iracema é de 18.9%, comparada a 37.7% no Moura Brasil. Quanto à razão de dependência de idosos, na Praia de Iracema é de 15.4%, enquanto no Moura Brasil é de 10.6%. Por sua vez, a razão de dependência total na Praia de Iracema é de 34.3%, em contraste com 48.2% no Moura Brasil. Finalmente, o índice de envelhecimento na Praia de Iracema é de 81.6%, em comparação com 28% em Moura Brasil. O quadro a seguir sintetiza essas informações:

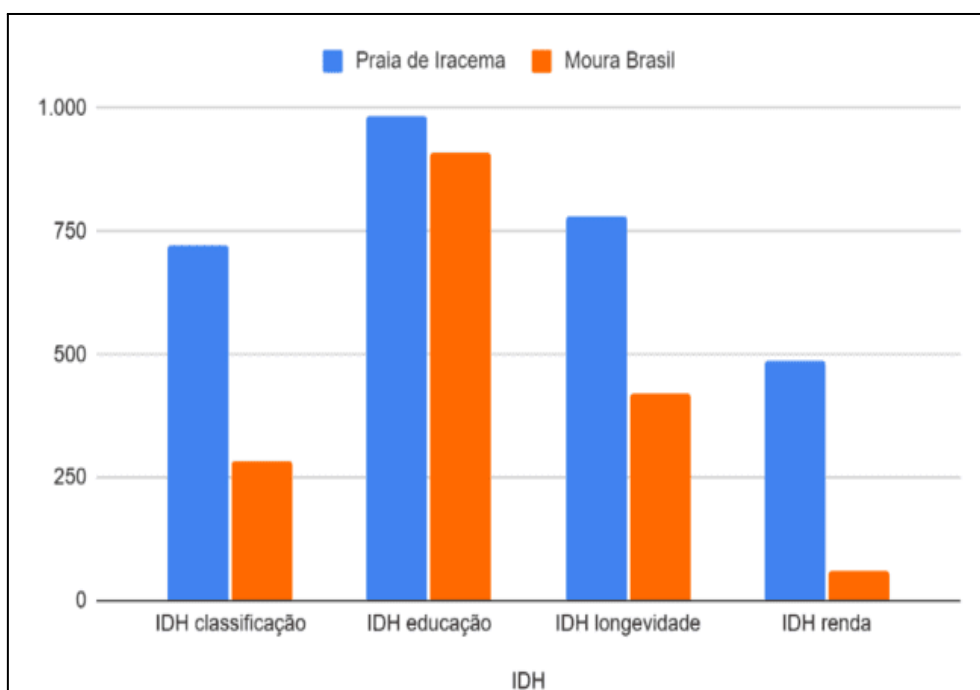
Quadro 7 - Dados demográficos dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil:

Atributos	Praia de Iracema	Moura Brasil
População Residente	3.130	3.765
População Homens	1.437	1.796
População Mulheres	1.693	1.969
Razão de Dependência Jovens	18.9%	37.7%
Razão de Dependência Idosos	15.4%	10.6%
Razão de Dependência Total	34.3%	48.2%
Índice de Envelhecimento	81.6%	28%

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos na plataforma digital Fortaleza 2040, <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 31 de março de 2024.

Posteriormente foi realizada a análise dos Índices de Desenvolvimento Humano. Os resultados revelaram que o bairro Praia de Iracema apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) geral com o valor de 0.720. Em relação aos índices específicos de educação, longevidade e renda, obteve-se os seguintes resultados, respectivamente: 0.983, 0.780 e 0.486. Por outro lado, o bairro Moura Brasil registrou um IDH geral de 0.284. Para este bairro, os resultados foram 0.909 para o IDH educação, 0.421 para o IDH longevidade e 0.060 para o IDH renda, conforme consta no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - IDH dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos na plataforma digital Fortaleza em Mapas, <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 31 de março de 2024.

Sobre a questão do uso do solo relacionado à moradia, verificou-se que em relação aos domicílios particulares permanentes, a Praia de Iracema possui um total de 1.790, enquanto a Moura Brasil conta com 1.140. Em contrapartida, os domicílios em assentamentos precários são mais prevalentes no bairro Moura Brasil, totalizando 1.104 domicílios em região de favela, em comparação com apenas 53 na Praia de Iracema. A média de moradores por domicílio também varia entre os dois bairros: na Praia de Iracema, é de 2,9, enquanto em

Moura Brasil é um pouco maior, atingindo 3.6 moradores por domicílio. Quando observamos a proporção de domicílios ocupados, também há uma diferença significativa entre os dois locais; na Praia de Iracema, a taxa é de 61.5%, enquanto em Moura Brasil é consideravelmente maior, chegando a 92.1%. Já a proporção de domicílios não ocupados é mais elevada na Praia de Iracema, representando 38.5%, em comparação com apenas 7.9% no Moura Brasil, como consta no quadro a seguir.

Quadro 8 - Dados de Moradia dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil:

Atributos	Praia de Iracema	Moura Brasil
Domicílios Particulares Permanentes	1.790	1.140
Domicílios em assentamentos precários	53	1.104
Média de moradores por Domicílios	2.9	3.6
Proporção de domicílios ocupados	61.5%	92.1%
Proporção de domicílios não ocupados	38.5%	7.9%

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos na plataforma digital Fortaleza 2040, <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 31 de março de 2024; Fortaleza em Mapas, <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 31 de março de 2024.

Já com relação às infraestruturas e equipamentos públicos no território, não se verificou grande diferença. Na categoria “limpeza pública”, apenas o bairro Moura Brasil possui uma associação de catadores, enquanto somente o bairro Praia de Iracema configura área de coleta de reciclagem. Na categoria “água e esgoto”, ambos os bairros possuem redes de água, esgoto e drenagem. Já na categoria “fibra óptica”, ambos os bairros possuem fiação. Na categoria “mobilidade” ambos os bairros possuem trechos de ciclovia e ciclofaixa, mas somente o bairro Moura Brasil possui estações de metrô e VLT. A presença de pontos de ônibus também se faz presente em ambos os bairros. Já na categoria “educação” nenhum bairro possui escola estadual, somente municipal. O quadro a seguir contém estas informações de forma mais clara:

Quadro 9 - Infraestrutura e equipamentos públicos dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil:

Atributos	Praia de Iracema	Moura Brasil
Associação de catadores	Não	Sim
Coleta de reciclagem	Sim	Não
Rede de água	Sim	Sim
Rede de esgoto	Sim	Sim
Rede de drenagem	Sim	Sim
Rede de fibra ótica	Sim	Sim
Ciclofaixas e ciclovias	Sim	Sim
Estações de metrô e VLT	Não	Sim
Pontos de ônibus	Sim	Sim
Equipamentos de saúde	Não	Sim
Escolas estaduais	Não	Não
Escolas municipais	Sim	Sim

Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos na plataforma digital Fortaleza 2040, <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/>, acessado em 31 de março de 2024.

Os resultados encontrados através do estudo dos dados fornecidos pela Prefeitura de Fortaleza através das plataformas digitais foram analisados de forma integrada, a fim de contribuir para uma maior compreensão acerca das dinâmicas socioespaciais presentes no território.

No decorrer da presente pesquisa, por muitas vezes foi dito que diferentes processos de estruturação da configuração socioespacial dos espaços levam a diferentes dinâmicas de ocupação do solo, que por sua vez se dão através de formas e estruturas distintas permeando um território. Neste sentido, esperava-se que a presença ou que a ausência de infraestruturas básicas e equipamentos públicos urbanos seria bastante desigual entre os bairros analisados, com o Moura Brasil apresentando os menores índices, enquanto a Praia de Iracema apresentaria um maior volume de investimentos públicos e privados. Constatou-se, contudo, que especificamente em relação a este setor, os investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos nos dois bairros são relativamente os mesmos, como mostra o quadro 9. Se a análise levasse em consideração apenas estes aspectos, seria possível dizer que os bairros não possuem diferenças significativas, o que iria de encontro a hipótese central do presente

trabalho, que busca evidenciar que a valorização ou a desvalorização de uma área, assim como os investimentos realizados nela, irá depender do quanto esta área se insere na presente economia de mercado. É exatamente por este motivo que os dados obtidos precisam ser interpretados de maneira integrada, tanto em relação a outros dados coletados nas plataformas oficiais da Prefeitura, como em relação aos dados coletados durante a pesquisa de campo. Levando em conta o princípio da equidade, dizer que a incidência de equipamentos públicos e infraestrutura urbana adequada é, de certa forma, similar entre os dois bairros não significa dizer que as demandas desses bairros estão sendo atendidas, especialmente quando as similaridades se limitam a estes aspectos.

O gráfico 1 que demonstra o IDH dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil, revela resultados bem diferentes; enquanto o bairro Praia de Iracema apresentou um IDH total de 0.720, sendo classificado como "alto" pelo IBGE, o Moura Brasil apresentou o resultado de 0.284, classificado como "muito baixo" pelo mesmo Órgão, sendo o IDH renda o que apresentou mais disparidade, uma vez que a média salarial per capita do bairro Praia de Iracema é de R\$1903,17, sendo o 9º maior salário da cidade, e a média do Moura Brasil é de apenas R\$444,89, ocupando assim a 93ª posição em relação aos demais bairros (IPECE, 2012). Dado que ambos os bairros estão localizados em áreas com oportunidades de trabalho semelhantes, próximas ao centro comercial da cidade, pode-se inferir que existe uma política pouco eficaz de inserção da comunidade do Moura Brasil no mercado de trabalho, sobretudo porque o IDH educação deste bairro é relativamente alto, indicando que a população tem acesso à educação, o que em teoria, facilitaria a inclusão no mercado de trabalho. Além disso, sua população é constituída majoritariamente por pessoas jovens segundo o índice de envelhecimento do bairro, que geralmente estão aptas a trabalhar. Com a falta de oportunidades, grande parte desses jovens acabam por desempenhar trabalhos informais ou ainda atividades ilegais, o que os colocam em risco.

O IDH de longevidade, por sua vez, é de 0.780 para a Praia de Iracema e de 0.421 para o Moura Brasil, o que reflete uma baixa expectativa de vida para a população deste último bairro. A falta de acesso à saúde é um dos fatores que diminuem a longevidade. É importante ressaltar que o bairro Moura Brasil conta apenas com um equipamento de saúde (UAPS), enquanto o bairro Praia de Iracema não possui nenhum equipamento. Contudo, bairros com maior renda per capita costumam abrigar moradores que podem arcar com planos de saúde, garantindo assim uma maior assistência, sobretudo em relação à medicina preventiva, que garante maior longevidade à população.

Com relação aos dados de moradia, fica claro que o bairro Praia de Iracema sofre forte

influência do setor imobiliário, pois 38.5% de seus domicílios encontram-se desocupados, ou seja, cerca de 689 imóveis que não cumprem com a função social da propriedade prevista no art. 5º, inciso XXIII da Constituição Federal. Isto denota a presença de uma alta especulação imobiliária, já que a área se constitui um dos pólos turísticos da cidade de Fortaleza. A taxa contrasta com o índice de apenas 7,9% de imóveis desocupados no Moura Brasil, cerca de 90 imóveis apenas. Nessa perspectiva, os estudos de Paul Singer sobre os impactos da especulação imobiliária no território são bastante relevantes. Singer (1978), aponta para o fato de que a especulação imobiliária não é apenas um fenômeno econômico, mas também social e territorial. Segundo o autor, a especulação modifica o uso do espaço urbano, gerando desigualdades socioespaciais e promovendo exclusão. No bairro Praia de Iracema essa exclusão ocorre desde as primeiras requalificações, que através da imposição de novas formas de uso, neste caso, o turismo, desencadeou um processo de valorização artificial do solo, levando ao aumento dos preços dos imóveis, especulação imobiliária altamente incidente e, conseqüentemente, a expulsão de comunidades de baixa renda dessas áreas valorizadas. Esse entendimento ressalta a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais e territoriais da especulação imobiliária.

Outro ponto importante que diz respeito à questão imobiliária no bairro Praia de Iracema é a presença de diversos imóveis destinados à locação por curto prazo, como os que são disponibilizados por plataformas como o Airbnb. Essa nova dinâmica em relação ao uso do território está presente, sobretudo, em cidades turísticas Fortaleza, e se apresenta como uma contradição no espaço que fomenta o seu processo de mercantilização mencionado por Evangelista (2013); enquanto as acomodações se apresentam como uma opção mais barata para quem está viajando (o que é uma ótima opção bem mais acessível do que os hotéis, por exemplo), a sua utilização acaba por aumentar a demanda local por bens e serviços, o que encarece os preços e os custos de moradia, afastando por vezes os moradores locais que não conseguem mais arcar com os custos de vida nestes lugares:

No caso específico das plataformas digitais de aluguel de curto prazo, como a Airbnb, é imprescindível que se ampliem os esforços de investigação dos impactos que elas exercem nas cidades brasileiras. Quer dizer, é preciso realizar, no campo dos estudos urbanos, algo semelhante ao que tem sido feito, pela sociologia e pela economia, em termos de reflexão sobre a digitalização/plataformização do trabalho. Isso porque, ao que tudo indica, essas plataformas estão inaugurando novas tendências e novos dilemas no que tange aos debates sobre a renda da terra urbana e seus nexos com a produção social do espaço (Ribeiro e Diniz, 2024, online).

Quando se considera o Moura Brasil no contexto do sistema econômico capitalista, sua utilidade se destaca principalmente como um elemento de integração territorial. Essa função tem limitado a especulação imobiliária na região; segundo a plataforma oficial da Prefeitura, Fortaleza em Mapas, 1.104 imóveis do Moura Brasil são classificados como assentamentos precários do tipo “favela”. No bairro Praia de Iracema, dos seus 1.790 imóveis, apenas 53 são considerados assentamentos precários também do tipo “favela”. Por essa razão o Moura Brasil foi integrado às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), fazendo parte do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), que se encontra em fase de planejamento segundo dados do Portal de Zonas Especiais de Fortaleza.

É importante o entendimento de que nos dois bairros houve, em alguns momentos de seu processo de formação espacial, uma tentativa por parte de setores privados da economia, especialmente agentes imobiliários e turísticos, aliados ao poder público, de afastar a população pobre do local onde residiam, fosse por questões de integração territorial através da construção e deslocamento de via, como ocorreu no Moura Brasil, ou através de sucessivos projetos de requalificação que culminaram na atual especulação imobiliária presente na Praia de Iracema, que integra a realidade do turismo na cidade. Nas duas situações houve um planejamento urbano direcionado para atender aos interesses do capital financeiro, priorizando o lucro em detrimento das necessidades e direitos territoriais da população local

Em relação aos mecanismos de participação popular no planejamento urbano, como o Plano Fortaleza 2040, os Fóruns Territoriais e o Mapa Colaborativo, são ferramentas de extrema importância, e demonstram um grande avanço na possibilidade de participação nas tomadas de decisão de uso e de ocupação do território ao qual fazem parte. Contudo, ao passo que o poder público garante a possibilidade de participação da sociedade no processo de planejamento urbano, deve garantir também o acesso de todos a estas possibilidades, pois corre o risco de limitar a participação a grupos específicos da sociedade civil, cujas demandas não beneficiam a sociedade no geral, mas apenas uma pequena parte dela. De fato, a Prefeitura de Fortaleza apresenta diversas possibilidades de participação, contudo o acesso é relativamente restrito. Os mecanismos de participação popular presenciais, como os Fóruns Territoriais são fracamente divulgados pela mídia, quando o são. Além disso, a divulgação feita através dos meios digitais atinge muito mais os que possuem acesso à internet em casa, excluindo desta possibilidade os mais pobres, e mesmo assim, se faz necessária a divulgação dos portais digitais. Outro problema reside na dificuldade em acessar plataformas como os Mapas Colaborativos, tanto do Fortaleza 2040 quanto do Plano Diretor; o acesso pressupõe um bom celular, com alta qualidade de internet, pois são muitos dados tabelados. A melhor

forma de acesso é através de notebooks ou computadores, elementos que nem sempre estão disponíveis para a população mais pobre. Além disso, durante esta etapa da presente pesquisa, houve a inacessibilidade a diversas opções dos sites oficiais, tendo a maioria apresentado erro no momento de realização do cadastro ou do login, e páginas não encontradas, o que impossibilita a participação efetiva da população.

Outra questão essencial que precisa ser levada em consideração ao se mitigar as desigualdades socioespaciais em Fortaleza é o combate ao processo de especulação imobiliária, que mantém uma grande quantidade de imóveis e terrenos desocupados em uma cidade que apresenta uma população de rua de cerca de 2.653 pessoas (Fortaleza, 2022). Na maioria das vezes, os interesses dos especuladores entram em conflito com os das comunidades locais, resultando em tensões e dificuldades para alcançar consenso. Com isso, o domínio do mercado por grandes agentes imobiliários limita a capacidade das comunidades locais de influenciar os processos de planejamento ou impedem a execução de projetos que tiveram participação da população.

Portanto, é importante ampliar o acesso do planejamento participativo através dos mecanismos que já existem e são disponibilizados, e quando necessário estabelecer novas opções de participação, para que desta forma o território seja planejado levando realmente em conta as demandas populares. É importante que o poder público estabeleça canais efetivos de comunicação, para que as informações sobre a possibilidade de participação popular no planejamento cheguem ao conhecimento de um maior número de cidadãos. Também se faz importante a manutenção dos projetos, especialmente os que estão presentes nas plataformas digitais, garantindo a possibilidade de acesso aos sites.

5.2. OBSERVAÇÕES DOS FENÔMENOS EM CAMPO

A partir da concepção de Milton Santos sobre o espaço geográfico, ou seja, a partir do entendimento do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações (Santos, 2006), o trabalho de campo realizado nesta pesquisa buscou, através de objetivos preestabelecidos, coletar dados sobre as estruturas físicas presentes no território dos bairros abordados, bem como sobre as ações que permeiam essas estruturas, estando elas explícitas ou não. Desta forma, objetivou-se nesta etapa do trabalho trazer mais clareza para o fenômeno da seletividade espacial nesses lugares, ao se apreender as diferentes formas de uso e de ocupação no território através da observação *in loco*.

Assim, a pesquisa de campo consistiu em uma oportunidade de compreender melhor como a problemática da seletividade espacial descrita nos materiais bibliográficos se dá na

realidade e no cotidiano da população dos bairros Praia de Iracema e Moura Brasil.

O campo teve início no bairro Praia de Iracema, partindo da região onde prevalecem os hotéis, até chegar na praia propriamente dita. O roteiro seguiu o seguinte itinerário, conforme ilustrado no mapa 6: Aquarius Residence (1°); Dragão do Mar Residence Service (2°); Ibis Budget Fortaleza Praia De Iracema (3°); Ruínas do Edifício São Pedro (4°); Largo do Mincharia (5°); Calçadão e orla marítima (6°); Centro Cultural Belchior (7°); Estoril (8°); Pirata Bar (9°) e Escola Municipal (10°).

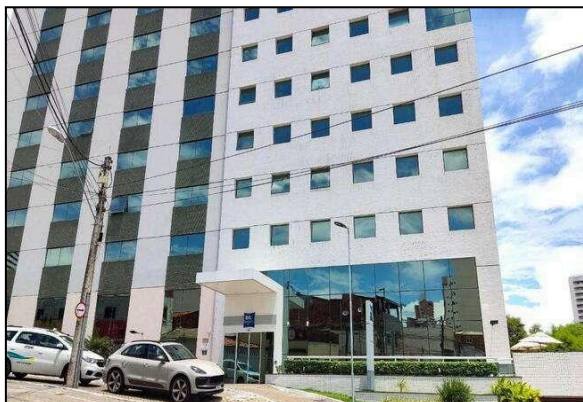
Mapa 6 - Trajeto realizado durante o campo no bairro Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no ForestGis (2021) e Google Satélite (2024)

Observou-se neste bairro que, de fato, há a prevalência do setor turístico em relação às atividades econômicas realizadas, com a presença de muitos hotéis e pousadas na região, como ilustrado abaixo.

Figura 6 – Hotel Ibis Budget localizado no bairro Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 7 – Hotel Carppa localizado no bairro Praia de Iracema

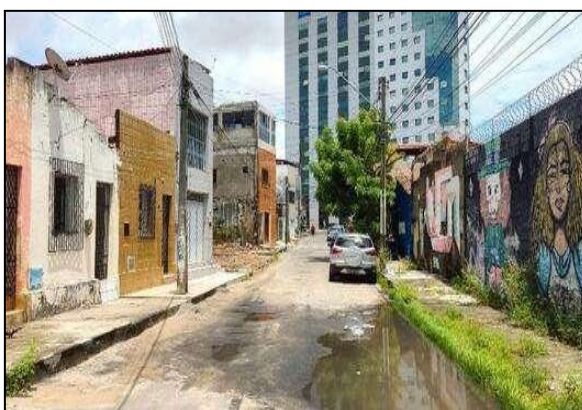


Fonte: Autoria própria

Em um primeiro momento tem-se a impressão de que o bairro é bastante estruturado no que diz respeito aos seus imóveis e à mobilidade; contudo, ao adentrar o bairro, percebe-se que se trata de um lugar bastante desigual, onde prédios luxuosos contrastam com habitações de baixa renda, barracos, e imóveis desocupados para fins de especulação imobiliária.

Nas áreas onde prevalecem as habitações, também se constatou diversos problemas em relação à estrutura das vias, como buracos, vias irregulares e esgotos abertos, como demonstrado nas figuras a seguir.

Figura 8 – Problemas de saneamento no bairro bairro Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 9 – Problemas de pavimentação no Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 10 – Problemas de habitação no bairro Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 11: Cartão postal do bairro Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Conforme se aproxima da faixa litorânea, mais especificamente na rua dos Tabajaras, as paisagens do bairro vão tomando outras formas; os objetos passam a apresentar um maior ordenamento, a fim de tornar o local mais “agradável” para quem o visita. As antigas residências com suas estruturas precárias vão dando lugar a pequenas pousadas e *hostels*, que em relação aos hotéis são bem mais numerosos.

Figura 12 – Pousada Vila Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 13 – Início da orla da praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

A maioria das pousadas e *hostels* encontram-se concentradas na Rua dos Tabajaras, assim como o Centro de Educação Infantil, a Escola Municipal, o Pirata Bar, e o Estoril, ambos reconhecidos como patrimônio cultural da cidade.

Ao chegar no início do calçadão, lugar que faz divisa com o bairro Meireles, a paisagem urbana ostenta hotéis, flats e edifícios residenciais de luxo. Mais a frente, como

demonstrado na figura 14, é que se concentra a atividade comercial, como as lojas e as barraquinhas de bebidas. Durante esta etapa do campo, constatou-se que havia um movimento de pessoas inferior ao que geralmente é observado na área, se considerarmos que o campo foi realizado em uma manhã de um sábado. Isto porque no dia da realização do campo (05/04/2024), a cidade se encontrava em pleno período chuvoso, momento em que há uma menor presença de turistas. Outro ponto importante é que a recente conclusão das obras de reforma do calçadão impactou diretamente no acesso dos banhistas à praia, o que resultou em sérios prejuízos, especialmente para os trabalhadores das barraquinhas, que também operam como barracas de praia no local, que é conhecido popularmente como “praia dos *crushs*”. A interrupção do fluxo de clientes foi agravada pela proibição da Prefeitura de deslocar os carrinhos para outras áreas, afetando também alguns restaurantes locais, como relatado por alguns funcionários. Além disso, atualmente, a Prefeitura está impondo a padronização dos carrinhos de bebidas como requisito para operar na área, conforme informado pelos próprios vendedores. No entanto, os custos dessa padronização recaem sobre os trabalhadores, que já enfrentam dificuldades decorrentes da reforma; com isso, muitos deixaram o local. É importante ressaltar que esses trabalhadores já pagam uma taxa anual para permanecerem na praia, o que torna a situação ainda mais desafiadora para eles. Com a queda nas vendas de bebidas e do comércio do local em geral, o movimento na área diminuiu consideravelmente, mas apesar desta problemática, na faixa de praia pode-se observar um movimento considerável de pessoas, conforme demonstrado na figura 15. Outro elemento que chama atenção na imagem é a presença de rochas dispostas na faixa de areia; essas rochas fazem parte de um longo trecho de contenção do mar, presente ao longo do calçadão da praia, que em conjunto com os espigões, têm o objetivo de conter o avanço do mar e a erosão costeira. Contudo, ao interferir no movimento das marés, que é responsável pela deposição de sedimentos ao longo da costa, ambas as estruturas alteram a dinâmica marinha, tanto no local em que são instaladas, como em áreas longínquas. No caso dos espigões, amplamente utilizados nas praias de Fortaleza, causam a “retenção de sedimentos à montante do obstáculo e conseqüente déficit sedimentar à jusante” (Fontes, 2011), ou seja, de fato eles impedem a erosão do lado que recebe o fluxo de água e sedimentos, mas causa um processo de erosão do lado oposto. Com relação a praia de Iracema, mais especificamente na praia dos *crushes*, os espigões, em conjunto com os sucessivos aterramentos realizados na área estão causando erosão e um desnivelamento cada vez maior no local, como pode ser observado também na figura 15.

Figura 14 – Barraquinhas na orla da praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 15 – Praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 16 – Calçadão da praia de Iracema



Fonte: Autoria própria

Figura 17 – Centro Cultural Belchior



Fonte: Autoria própria

O equipamento cultural do Instituto Belchior, localizado no calçadão, se encontra em reforma. O Instituto é um importante ponto cultural da cidade, e recebe diversos eventos por ano, eventos estes que buscam alcançar toda a parcela da população. Além disso, promove cursos, oficinas, e outras atividades para a comunidade e para turistas. Duas outras estruturas importantes do bairro encontram-se obsoletas: o Edifício São Pedro, que estava em vias de ser tombado, mas que por decisão da Prefeitura está em processo de demolição, e o “Aquário”, que seria utilizado para fins de lazer e de turismo, mas que foi superfaturado e agora encontra-se em ruínas.

Segundo o site O Povo, a estrutura que serviria como o Aquário foi oficialmente doada à Universidade Federal do Ceará, e será sede do Instituto de Ciências do Mar (Labomar) e de um novo equipamento, o Centro Tecnológico de Ciências Naturais (CTCN):

De acordo com a UFC, o prédio abrigará o Instituto de Ciências do Mar (Labomar), e a expectativa de funcionamento da nova sede será no **primeiro semestre de 2026**. [...] Além disso, abrigará o Centro Tecnológico de Ciências Naturais (CTCN), um novo equipamento cujo objetivo é promover exposições virtuais e interativas sobre ecossistemas do Ceará, ambientes marinhos, fósseis do acervo da UFC, descobertas arqueológicas e astronomia (Vieira, 2024, Online).

Figura 18 – Obra interrompida do Acquário de Fortaleza.



Fonte: Autoria própria

Figura 19 – Ruínas do Edifício São Pedro



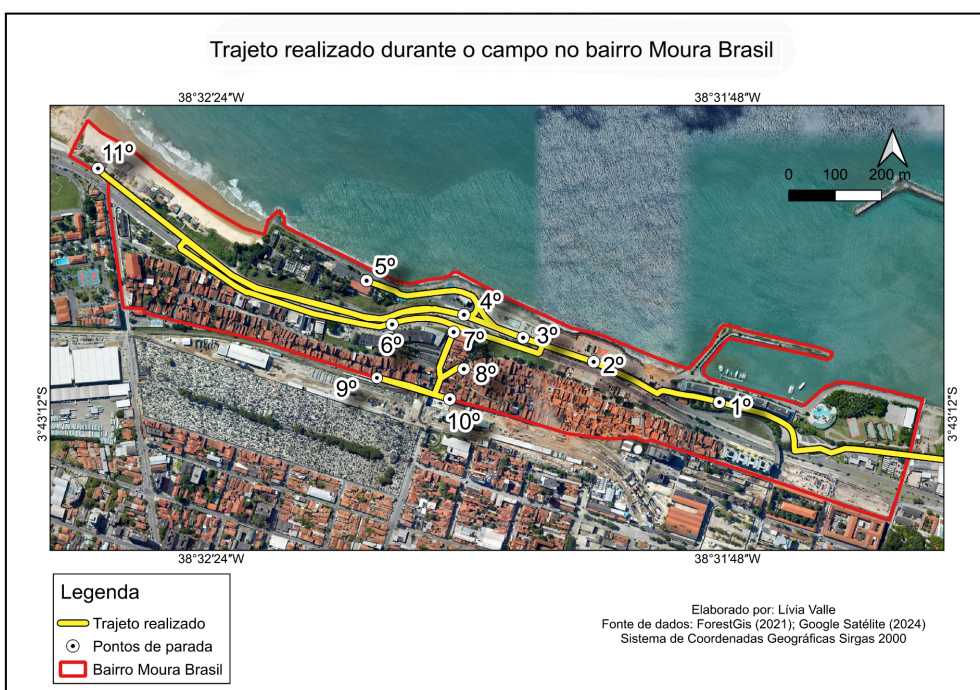
Fonte: Autoria própria

Conforme demonstrado nas figuras 12, na divisa com o bairro Meireles há uma maior padronização no que se diz respeito às barracas de praia e as edificações; também é nítido um maior investimento na limpeza da faixa de areia em relação a área das barraquinhas de bebidas. Um fato interessante é que o aterro da praia de Iracema, onde ocorrem diversos eventos de música e a tradicional festa de fim de ano, assim como a estátua de Iracema, importante monumento para a cidade, se encontram na porção da praia de Iracema localizada no bairro Meireles, e não no bairro Praia de Iracema. Durante o campo, percebeu-se também um movimento de substituição do polo turístico do bairro Praia de Iracema para o bairro Meireles, sendo este o que mais recebe investimentos atualmente. Por ser uma área nobre, os investimentos constantes no Meireles reforçam o processo de seletividade espacial em Fortaleza, e demonstram que a ideia de espaço como um híbrido de objetos e ações explica esta realidade na medida em que este movimento de mudança da atividade turística está desvalorizando, cada vez mais, um bairro que já foi considerado um dos mais importantes da cidade, dado o seu caráter histórico e cultural. Pôde-se perceber que para a população, o bairro Praia de Iracema é utilizado como lugar de lazer na faixa de praia, e de diversão noturna na porção próxima ao Centro Cultural Dragão do Mar, que se localiza no bairro Centro. Já com relação ao setor econômico, o bairro serve quase que exclusivamente como

área de hotelaria para turistas que não querem ou não podem pagar pelos luxuosos hotéis do Meireles, fato que aumenta o processo da especulação imobiliária, que como citado anteriormente, faz com que 38,5% dos imóveis do bairro encontrem-se desocupados.

Após concluído o trabalho de campo no bairro Praia de Iracema, a pesquisa avançou para o bairro Moura Brasil. O trajeto realizado foi o seguinte e pode ser observado no mapa 7 a seguir: Marina Park Hotel (1°); Igreja Santa Edwiges (2°); Praça praça de Santa Edwiges (3°); 1ª Companhia de Busca e Salvamento – 1ª Cia/BBS (4°); (ETE) Estação de Tratamento de Esgoto - Cagece - UNMTE (5°); Perícia Forense do Estado do Ceará (6°); EMEIF Moura Brasil (7°); Posto de Saúde Maria Cirino Souza (8°); Estação de VLT (9°); Centro De Educação Infantil (10°); calçadão e orla marítima (11°). Foi utilizado o itinerário do Google Maps, a fim de otimizar o trajeto.

Mapa 7 - Trajeto realizado durante o campo no bairro Moura Brasil



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos no ForestGis (2021) e Google Satélite (2024)

Iniciando pelo Marina Park Hotel, uma estrutura que se destaca em contraste com a realidade da comunidade local, que vive em assentamentos precários logo em frente a estrutura. A faixa de praia neste trecho é restrita somente para os usuários do hotel, prática que vai contra a Lei Complementar nº236 de 11 de agosto de 2017 sobre o Parcelamento, Uso e de Ocupação do Solo para o município de Fortaleza; a referida Lei trata no seu Art. 110, que por tratar-se de uma Zona de Preservação Ambiental, “todos os trechos da Zona de

Preservação Ambiental 2 (ZPA2) - Faixa de Praia - destinam-se ao lazer e à prática de atividades esportivas; o Art. 111 complementa a informação acrescentando que a ocupação da faixa de praia “dar-se-á somente através de projetos urbanísticos, com base nas disposições do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro” (Fortaleza, 2017).

Figura 20 – Marina Park Hotel



Fonte: Autoria própria

Figura 21 – Lado oposto ao Marina Park Hotel



Fonte: Autoria própria

É importante ressaltar que não é apenas nesse trecho que o uso limitado da praia é observado; desde a praia do Poço da Draga (faixa de praia compreendida entre a praia de Iracema e a praia da Leste, localizada no bairro Centro) até a praia da Leste, a utilização da faixa de praia é limitada, seja por ser destinada ao uso industrial, como ocorre no trecho onde se encontra a Indústria Naval do Ceará, ao uso comercial, como é o caso da empresa de comércio e construção localizada ao lado da indústria naval, ou simplesmente por ser de uso seletivo, como é o caso da área onde se encontra a Igreja de Santa Edwiges.

Conforme o que foi visto durante a pesquisa bibliográfica, existem diversos equipamentos públicos localizados às margens da avenida Presidente Castelo Branco, tais como a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, a 1ª Companhia de Busca e Salvamento e a Perícia Forense do Estado do Ceará. Ao adentrar no bairro encontra-se a escola municipal Moura Brasil, um posto de saúde e a estação de metrô, cujo acesso é bastante complicado.

Figura 22 – Uso limitado da praia pela Igreja de Santa Edwiges



Fonte: Autoria própria

Figura 23 – Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará



Fonte: Autoria própria

Figura 24 – 1ª Companhia de Busca e Salvamento



Fonte: Autoria própria

Figura 25 – Escola Municipal Moura Brasil



Fonte: Autoria própria

Figura 26 – Posto de Saúde Maria Cirino Souza



Fonte: Autoria Própria

Figura 27 – Estação de VLT João Felipe



Fonte: Autoria Própria

Figura 28 – Área residencial I do bairro Moura Brasil



Fonte: Autoria própria

Figura 29 – Área residencial II do bairro Moura Brasil



Fonte: Autoria própria

Com relação à área residencial, notou-se que as edificações se dispõem no território de forma desordenada, não havendo um padrão a ser seguido. Tal fato decorre da falta de políticas públicas eficazes de moradia, o que leva, muitas vezes, à realidade da autoconstrução, muito presente em regiões periféricas, onde os próprios moradores constroem ou reformam suas casas. A problemática em relação a autoconstrução consiste no fato de que muitas vezes essas obras ocorrem sem o amparo técnico necessário, o que acarreta em irregularidades que podem ir desde a utilização de materiais inapropriados, o que gera problemas estruturais que podem representar perigo para os moradores, até a má integração em relação à rede elétrica ou de saneamento da região.

Chegando à praia da Leste, a praia mais utilizada para a prática do surfê na cidade de Fortaleza, percebe-se que a autoconstrução também se faz presente nas barracas de praia e nas escolinhas de surfê. Conversando com alguns proprietários destas barracas, ficou claro que existe uma grande preocupação com questões de segurança na praia no período da noite, pois não há iluminação pública na praia, que fica em um nível mais baixo com relação a avenida Presidente Castelo Branco, estando a iluminação reservada apenas para esta avenida. Assim, a atividade comercial da praia é bastante prejudicada, e os trabalhadores se veem obrigados a encerrarem suas atividades por volta das 18:00h da noite, sob o risco de assaltos e outros tipos de violência.

Figura 30 – Barracas de praia e escolinhas de surfe na praia da Leste



Fonte: Autoria própria

Figura 31 – Praia da Leste



Fonte: Autoria própria

A conservação e a limpeza da praia também são em sua maioria realizada pelos próprios frequentadores do local, pois os serviços públicos de manutenção ocorrem pouquíssimas vezes. Por esta razão, a praia da Leste muitas vezes encontra-se suja em alguns trechos, como será demonstrado a seguir. Um ponto importante que chamou bastante atenção foi a presença de um escoamento de esgoto diretamente para o mar. A estrutura é recente e traz questionamentos sobre a utilização desse escoamento, uma vez que a praia se localiza ao lado de uma estação de tratamento de esgoto. Como será demonstrado a seguir, a água que escoar não é uma água limpa, fato que pode vir a acarretar em uma série de problemas de saúde para a população que faz uso da praia. Quanto à balneabilidade, assim como ocorre na praia de Iracema, a condição da praia pode variar entre própria e imprópria para banho, dependendo do momento da consulta. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, por exemplo, a praia apresentou tanto condições próprias quanto impróprias para o banho em diferentes ocasiões.

Figura 32 – Acúmulo de lixo na Praia da Leste



Fonte: Autoria própria

Figura 33 – Escoamento de esgoto na Praia da Leste



Fonte: Autoria própria

Esta realidade na Praia da Leste é bastante preocupante, e demonstra o descaso do poder público, especificamente da Prefeitura, com áreas marginalizadas que não oferecem uma boa margem de lucro para setores privados da economia como o setor imobiliário e o turístico. A praia da Leste possui um enorme potencial para o engajamento da comunidade, sobretudo com relação a prática de esportes, como pode ser observado no local. O surfe é um dos esportes mais populares no Moura Brasil, e atrai dezenas de crianças, adolescentes e adultos, que veem no esporte não só uma oportunidade de diversão, mas também de qualidade de vida e muitas vezes de uma carreira. Além disso, as escolinhas de surfe que se tornaram bastante populares na praia após a pandemia de Covid-19, geram emprego e renda para jovens e adultos que residem dentro e fora do bairro. Além disso, a praia recebe diversos campeonatos de surfe no decorrer do ano, fato que pode atrair muitos investimentos quando alinhado com a gestão municipal. Outro ponto importante é que essas escolinhas atraem alunos de toda a cidade, o que ajuda na quebra do estigma que existe no local. Contudo, até o momento, a praia da Leste segue sendo negligenciada pelo poder público.

Figura 34 – Esgoto a céu aberto na Praia da Leste Figura 35 – Lazer e prática do surfe na praia da Leste



Fonte: Autoria própria



Fonte: Autoria própria

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, a análise bibliográfica revelou que o desenvolvimento urbano de Fortaleza e a ocupação de seu território foram influenciados por relações de poder, especialmente entre a elite e o poder público, em detrimento da parcela mais desfavorecida da população, como os sertanejos que migraram para a capital devido às secas no interior do estado e a população pobre que já residia na cidade. Os Códigos de Postura da Câmara Municipal, ao disciplinar os espaços urbanos, muitas vezes ultrapassavam a esfera privada e impunham regras de comportamento, afetando principalmente os mais pobres e os imigrantes. Este movimento foi consolidando a formação de comunidades marginalizadas, que mais tarde tornaram-se as primeiras favelas da cidade, como é o caso do bairro Moura Brasil. Esse bairro, próximo à linha férrea, serviu como campo de concentração para imigrantes vindos do interior do estado e foi afetado por diversas políticas públicas de realocação ao longo dos anos, o que interferiu na mobilidade e na qualidade de vida de seus residentes. As desapropriações decorrentes da construção da Avenida Presidente Castelo Branco também evidenciam a negligência em atender às necessidades básicas dos moradores, uma vez que priorizou as demandas da produção e do turismo, fato que se refletiu na exclusão social e na falta de acesso ao direito à cidade na região.

Na Praia de Iracema, a ocupação inicial por pescadores e suas famílias contrasta com a atual configuração urbana, muito influenciada pela construção da Ponte Metálica em 1928. A implementação deste equipamento teve desdobramentos não apenas na área litorânea, mas em todo o seu entorno, com a instalação de outros equipamentos, como a capitania dos portos e os diversos armazéns, que tiveram os seus usos redefinidos ao longo dos anos. Em meados de

1940 o clima tropical que apresentava Fortaleza passou a ser valorizado, e a praia começou a ser um local destinado ao lazer e à saúde, embora inicialmente o acesso a ela tenha ficado restrito à elite econômica. A evolução do bairro reflete uma complexa interação entre as classes sociais e os interesses econômicos para com o território da cidade, fato exemplificado pelo movimento pendular que ora atribuía um caráter boêmio ao bairro, ora o transformava no lugar dos indesejados que vagavam durante as noites. A proposta de um porto na Praia de Iracema foi debatida, mas eventualmente consolidada no Mucuripe, alterando o ambiente costeiro e desencadeando problemas como a erosão na orla da Praia de Iracema. A requalificação posterior do bairro, contudo, priorizou as atividades do setor imobiliário e turístico na região, o que impulsionou mudanças na paisagem urbana e deslocou parte da população original para áreas periféricas. Esse processo revela um embate entre interesses públicos e privados, que moldaram a evolução do bairro ao longo do tempo, resultando em significativas transformações socioespaciais e culturais. Atualmente, o bairro se encontra em estado de negligência por parte do poder público, que, em conjunto com o setor privado, direciona grande parte de seus esforços para o bairro vizinho, o Meireles, consolidando-o como o verdadeiro pólo turístico da orla da cidade. Enquanto isso, a Praia de Iracema é relegada à função de oferecer hospedagens mais acessíveis e oferecer uma vida noturna *underground* para os fortalezenses.

O bairro Moura Brasil recebeu investimentos em seu território somente na extensão da Avenida Presidente Castelo Branco, limitando-se às margens da avenida. Isso se deu devido ao caráter de integração territorial que o bairro passou a ter, já que a construção da Avenida se deu a fim de integrar dois polos industriais da cidade, bem como fomentar a atividade turística nas regiões adjacentes. A malha residencial foi negligenciada, assim como os seus moradores que atualmente carecem de acesso a serviços de saúde, emprego, regularização fundiária, dentre outras demandas. Enquanto isso, o bairro Praia de Iracema foi sendo planejado para o turismo, expulsando os mais pobres ao longo dos anos através dos projetos de requalificação do bairro. A atividade cultural que desde sempre se fez presente no bairro passou a configurar um “turismo cultural”, e arrecadar uma série de investimentos da esfera privada que foram fracamente convertidos em prol da população. Além disso, a especulação imobiliária, utilizando-se do mecanismo que Paul Singer chamou de “prestígio social da vizinhança” (Singer, 1975), passou a se fazer muito presente no território do bairro, o que encareceu a moradia, expulsou os mais pobres, e atraiu aqueles com maior poder aquisitivo mas que não possuem renda suficiente para residir em bairros como o Meireles. Apesar das consecutivas desapropriações, parte da população mais pobre permaneceu no bairro em residências

próximas a hotéis e pousadas e também consolidando a comunidade do Poço da Draga, que se localiza nas imediações, no bairro Centro.

Com relação ao litoral, a praia da Leste é negligenciada pela gestão municipal e carece de investimentos como sistema de iluminação adequado, limpeza regular, construção de barracas de praia, incentivo aos microempreendedores, incentivo a utilização da praia como espaço de lazer para os moradores locais, incentivo ao esporte, dentre outras eventuais ações. Enquanto isso, com as diversas requalificações que houveram ao longo dos anos, a praia de Iracema recebe diversos tipos de investimento público e privado. Contudo, devido ao movimento de substituição do polo turístico pelo o bairro Meireles, como pôde ser observado durante o trabalho de campo, pode-se dizer que com relação as praias do Meireles, a praia de Iracema se encontra parcialmente negligenciada, como é o caso da atividade comercial local, que se encontra enfraquecida devido a falta de apoio do poder público para com os trabalhadores, assim como ocorre na praia da Leste.

É importante destacar que o turismo é uma atividade essencial para a economia de Fortaleza, tendo sido responsável por 25,2% do PIB da cidade em 2016 segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o que representou R\$14,2 milhões (Fortaleza, 2016). A atividade, de fato, promove diversas melhorias no setor de infraestrutura urbana, beneficiando milhares de pessoas. A questão é que os investimentos promovidos com esta receita são reinvestidos, sucessivamente, nas mesmas áreas, negligenciando diversos outros espaços e ampliando as desigualdades socioespaciais presentes nos lugares. Desta forma, a população local parece ser a menos beneficiada com esses projetos de reestruturação dos territórios.

Neste sentido, a especulação imobiliária surge como uma das principais formas de obtenção de lucro em áreas como o bairro Praia de Iracema, onde cerca de 38,5% dos imóveis encontram-se desocupados. O poder público precisa delimitar estratégias de inclusão das comunidades locais nos projetos de “requalificação”, uma vez que sem esse interesse, apenas o setor privado da economia garante seus ganhos, enquanto a população é deixada de lado em regiões sem regulamentação fundiária. A cidade de Fortaleza já possui um Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), que foi implementado a partir da instituição das ZEIS, mas até o presente momento, segundo o portal Zonas Especiais de Fortaleza, nenhuma obra foi iniciada.

Os mecanismos de participação popular, como o Plano Fortaleza 2040, os Fóruns Territoriais e o Mapa Colaborativo, representam avanços significativos na inclusão da sociedade no planejamento urbano. No entanto, é necessário garantir o acesso equitativo a

essas ferramentas; a divulgação limitada, tanto presencial quanto online, pode restringir a participação de grupos menos favorecidos, limitando a participação desses projetos a grupos específicos da sociedade civil, que não representam a sociedade no geral. Além disso, a necessidade de dispositivos eletrônicos e conexão de alta qualidade exclui parte da população mais carente, destacando a importância de tornar esses recursos mais acessíveis e inclusivos.

Por fim, a gestão municipal deve tratar com equidade os bairros em estudo, pois apesar de terem sido agrupados na mesma Regional, possuem demandas específicas, carecendo, portanto, de planejamentos que levem em consideração a atual configuração socioespacial dos bairros.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEILDA, Rodrigo Cavalcante de. **A Modernidade e as Favelas**: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. **PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO EM FORTALEZA**: uma interpretação pela migração. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 73, n. 94, ago. 2001.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 354 p.

CATAIA, Márcio. **TERRITÓRIO USADO E FEDERAÇÃO**: articulações possíveis. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, dez. 2013.

CEARÁ. O INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. (org.). **PERFIL MUNICIPAL 2017**: Fortaleza. Fortaleza: Ipece, 2018. 18 p. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Fortaleza_2017.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

CEARÁ. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA SEMACE. (ed.). **Balneabilidade**. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/monitoramento/balneabilidade-das-praias/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Construindo o conceito de cidade média**. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 23-33, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de Geografia Histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 180 p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Fortaleza, capital do Ceará**: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 128, p. 81-111, 2014.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **DE CIDADE A METRÓPOLE: (trans)formações urbanas em fortaleza.** Fortaleza: Edições Ufc, 2009. 238 p.

DIÁRIO DO NORDESTE (Fortaleza) (ed.). **O Moura Brasil pelos olhos afetivos de quem faz a história do bairro de Fortaleza.** 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/o-moura-brasil-pelos-olhos-afetivos-de-quem-faz-a-historia-do-bairro-de-fortaleza-1.3344720>. Acesso em: 29 mar. 2024.

EVANGELISTA, Isolda Machado. **UMA LEITURA SOBRE A PRAIA DE IRACEMA - FORTALEZA (CE):** transformação socioespacial do lugar e suas representações. 2013. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Igce, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

FONTES, Aracy Losano. **Geomorfologia Costeira.** São Cristóvão: Cesad, 2011.

FORTALEZA, Prefeitura de. **PREFEITURA DE FORTALEZA INICIA TRANSIÇÃO DA NOVA TERRITORIALIZAÇÃO DE FORTALEZA.** Fortaleza: Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2021. 3 p. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/0001/07_01_2021_MAPA-NOVAS-REGIONAIS.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

FORTALEZA. Fortaleza 2024. Prefeitura de Fortaleza (ed.). **SOBRE FORTALEZA 2040: Fortaleza 2040 a cidade planejada pela cidadania. FORTALEZA 2040 A CIDADE PLANEJADA PELA CIDADANIA.** Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/sobre-o-projeto>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FORTALEZA. Fóruns territoriais de Fortaleza. Prefeitura de Fortaleza (ed.). **PERFIL DO TERRITÓRIO: centro, moura brasil e praia de iracema.** Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/forum/01#perfil/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FORTALEZA. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO FORTALEZA. (ed.). **O que é.** Disponível em: <https://planodiretor.fortaleza.ce.gov.br/ords/r/diretor/plano-diretor/o-que-e?session=11042490029214>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FORTALEZA. PREFEITURA DE FORTALEZA. (ed.). **Prefeitura de Fortaleza entrega mapa colaborativo para facilitar contribuições da população ao Plano Diretor.** 2023. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-entrega-mapa-colaborativo-para-facilitar-contribuicoes-da-populacao-ao-plano-diretor>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FORTALEZA. PREFEITURA DE FORTALEZA. (ed.). **Turismo representa mais de 25% do PIB de Fortaleza:** nos últimos cinco anos, o impacto gerado pela receita turística sobre o produto interno bruto aumentou 5,2 pontos percentuais. Nos últimos cinco anos, o impacto gerado pela receita turística sobre o Produto Interno Bruto aumentou 5,2 pontos percentuais. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/turismo-representa-mais-de-25-do-pib-de-fortaleza#>:

~:text=Turismo%20representa%20mais%20de%2025%25%20do%20PIB%20de%20Fortalez
a. Acesso em: 29 mar. 2024.

FORTALEZA. PREFEITURA DE FORTALEZA. (org.). **Entenda a nova territorialização administrativa de Fortaleza.** Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/entenda-a-nova-territorializacao-administrativa-de-fortaleza>. Acesso em: 06 abr. 2024.

FORTALEZA. Zonas Especiais Fortaleza. Prefeitura de Fortaleza (ed.). **Sobre a ZEIS Prioritária Moura Brasil.** Disponível em: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/zeis-prioritaria/moura-brasil>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **ASPECTOS HISTÓRICOS DA EXPANSÃO URBANA NO SUDESTE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, CEARÁ - BRASIL.** Caminhos de Geografia, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 141-157, out. 2004.

GARCIA, Fátima. **Bairros de Fortaleza: arraial moura brasil.** Arraial Moura Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2009/07/bairros-de-fortaleza-arraial-moura.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GOMES, Cilene. **Espaço, Localização e Lugar na teoria de Milton Santos.** Terr@ Plural, Ponta Grossa, v. 14, n. 2015801, p. 1-7, jun. 2020.

IPLANFOR (ed.). **Fortaleza2040: planejamento participativo por uma fortaleza de oportunidades, mais justa, bem cuidada e acolhedora.** Fortaleza: Edições Iplanfor, 2014. 80 p. Disponível em: https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_planejamento_participativo_17-08-2015.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

LARA VIEIRA (Fortaleza). O Povo (org.). **Prédio do antigo Acuario do Ceará é oficialmente doado à UFC.** 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/05/10/predio-do-antigo-acuario-do-ceara-e-oficialmente-doado-a-ufc.html>. Acesso em: 03 maio 2024.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. **O conceito de paisagem: diversidade de olhares.** Sociedade e Território, Natal, v. 23, n. 2, p. 159-177, dez. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Atualização João Bosco Medeiros.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras.** Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 3, n. 1, p. 37-54, ago. 2013.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **DESENVOLVIMENTO URBANO E SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAIS: estudo da relação entre a população e uma política de produção do espaço urbano no arraial moura brasil : fortaleza : ceará..** 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Sociedade, Progama de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasil: Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO USADO E LUGAR**: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. Para Onde!?, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 154-161, dez. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-0003.61589>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/61589/36420>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson. **Especulação imobiliária e digitalização: o impacto de plataformas como AirBnb no espaço urbano**. 2024. Elaborado por Observatório das Metrópoles. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/especulacao-imobiliaria-e-digitalizacao-o-impacto-de-plataformas-como-airbnb-no-espaco-urbano/?utm_source=Boletim&utm_medium=Email&utm_campaign=844&utm_content=Especula%C3%A7%C3%A3o+imobili%C3%A1ria+e+digitaliza%C3%A7%C3%A3o%3A+o+impacto+de+plataformas+como+AirBnb+no+espaco%C3%A7o+urbano. Acesso em: 29 set. 2024.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5616308/mod_resource/content/1/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod_resource/content/1/texto3B_msantos_1988.pdf. Acesso em: 20 jan. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia**: da crítica à geografia à geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Francisco Antônio Carneiro da. **EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA PELOS LOTEAMENTOS POPULARES PERIFÉRICOS: O CASO DO PARQUE**: periféricos: o caso do parque alto alegre maracanaú ce. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIEIRA, Felipe; ALVES, Flamarion Dutra; CORRÊA, Jhonatan da Silva; COSTA, Tamyris Maria Moreira da. **A história da geografia cultural e o conceito de paisagem**. Caderno de Geografia, Alfenas, v. 31, n. 2, p. 30-51, set. 2021.